

LICENCIATURA EM HISTÓRIA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Carangola
2016

Prof. Dijon Moraes Júnior
Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. José Eustáquio de Brito
Vice-Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.^a Cristiane Silva França
Pró-Reitora de Ensino

Prof.^a Giselle Hissa Safar
Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a Terezinha Gontijo
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Prof. Adailton Vieira Pereira
Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Prof. Braz Antônio Pereira Cosenza
Diretor da Unidade Carangola

Prof. Tarcísio Glauco da Silva
Coordenador do Curso de História

Prof. Randolpho Radsack Corrêa
Chefe do Departamento de Ciências Humanas

Equipe responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do
Curso de Licenciatura em História

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Prof. Me. Tarcísio Glauco da Silva

Prof. Dr. Rafael Dias de Castro

Prof. Dr.^a Elizete Oliveira de Andrade

Prof.^a Ma. Érika Oliveira Amorim

Prof. Me. Randolpho Radsack Corrêa

Professores Colaboradores (curso de História)

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira

Prof. Dr. Fábio André Gonçalves das Chagas

Prof. Esp. Bruno Ferreira Gomes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
1 – HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	10
1.1 Competência e Finalidade da UEMG	12
1.2 A Unidade Carangola	12
2 – HISTÓRIA E PERFIL DO CURSO	16
3 – JUSTIFICATIVA DO CURSO	20
4 – OBJETIVOS DO CURSO	26
5 – PERFIL PROFISSIONAL	29
6 – ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	32
6.1 Matrícula	32
6.2 Metodologia e Recursos Didáticos	32
6.3 Duração e Carga Horária Mínima	33
6.4 Conteúdos Curriculares	33
6.4.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral	33
6.4.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação	35
6.4.3 Núcleo de Estudos Integradores	36
6.4.4 Disciplinas optativas e eletivas	36
6.4.5 Observações sobre alguns conteúdos curriculares	38
6.5 Matriz Curricular do curso de História	39
6.6 Prática de Formação Docente	44
6.7 Estágio Curricular Supervisionado	46
6.8 Trabalho de Conclusão de Curso	47
6.9 Atividades Acadêmico-científicas e Culturais	48
7 – COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA	50
8 – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	51
9 – ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	52
10 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO	53
10.1 Avaliação do curso e do Projeto Pedagógico	53
10.2 Avaliação dos docentes	53
10.3 Avaliação dos discentes	53

11 – INFRAESTRUTURA	55
11.1 Salas de aula	55
11.2 Laboratórios	55
12 – ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	56
13 - REFERÊNCIAS	57
14 – ANEXOS	59
Anexo 1 – Ementário das disciplinas obrigatórias	60
Anexo 2 – Ementário das disciplinas optativas	106
Anexo 3 – Diretrizes para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado	122
Anexo 4 – Diretrizes para a execução do Trabalho de Conclusão de Curso	140
Anexo 5 – Regulamento de Atividades Acadêmico-científicas e Culturais	154
Anexo 6 – Regulamento para Controle de Rendimento Escolar dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado	159

APRESENTAÇÃO

Submetemos à apreciação das instâncias competentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) as adequações curriculares necessárias à atualização do Curso de História na sua habilitação em Licenciatura, de acordo com as Orientações para Comissões de Reformulação Curricular, emitidas pela Coordenação de Graduação da Pró-reitoria de Ensino da UEMG.

Esta proposta procura seguir as orientações contidas em resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, e demais determinações institucionais, notadamente a Resolução nº 2 de 1º de junho de 2015 do Conselho Nacional de Educação. Esta nova proposição de Projeto Pedagógico foi construída com a participação de estudantes e professores do Curso de História e de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Essa participação aconteceu de modo efetivo e dinâmico, a partir de estudos e debates acerca das informações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de História – Resolução CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação e do fazer do Licenciado em História, bem como das orientações da Resolução nº. 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Este projeto sistematiza as ideias e a percepção coletiva dos professores da área específica do curso, daqueles que ministram as disciplinas de caráter geral, como também as ideias, opiniões e sugestões do corpo discente, sempre à procura de caminhos que deem conta da complexidade e singularidade da atuação profissional dos egressos. Trata-se, portanto, de um esforço conjunto na busca das reformulações que se fazem necessárias para tornar a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio tornando-o, desta forma, apto para o mercado de trabalho e capaz de atuar de acordo com as novas exigências da comunidade escolar e as novas estruturas organizativas do mundo atual.

A UEMG, desde 2011, compreende a necessidade de reformulações curriculares de modo a promover a atualização e flexibilização dos currículos dos cursos de graduação das Unidades de Ensino. Desse modo, este Projeto Pedagógico inclui a matrícula por disciplina, sistema de créditos e diminuição de pré-requisitos no curso de História, buscando a

versatilidade na formação do estudante. Esta nova estrutura insere na matriz curricular, além das disciplinas obrigatórias, as disciplinas optativas e eletivas.

As disciplinas obrigatórias são selecionadas com base nas diretrizes curriculares do curso, sendo componentes básicos para o desenvolvimento do estudante. As disciplinas optativas serão elencadas pelo curso e oferecidas por semestre. No curso de História serão disponibilizadas um conjunto dessas disciplinas e, entre as quais, o estudante escolherá um total de oito créditos. As disciplinas eletivas integram a carga horária do curso, mas não são discriminados no Projeto Pedagógico, como as demais, pois podem ser escolhidas conforme o interesse do estudante. Obrigatoriamente, oito créditos devem ser cursados em outro(s) curso(s) pertencente(s) ou não a UEMG.

Todas as disciplinas são dispostas e estruturadas sob a forma de créditos.

No decorrer da estruturação do presente documento, procurou-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Curso de História interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: o Ensino, com base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos; a Pesquisa, como forma de articular e aprofundar temas de interesse, revisitando teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos e, a Extensão, permitindo aos alunos o contato com as iniciativas educacionais presentes na comunidade universitária e fora dela, como suportes básicos para a elaboração e produção de trabalhos científicos. Essas áreas, em conjunto, objetivam a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação do professor junto ao mundo do trabalho de forma crítica, reflexiva e consciente, exercendo sua cidadania pessoal e ocupando o seu espaço profissional.

Este documento está estruturado da seguinte forma: nos Dados de Identificação do Curso são apresentadas as informações preliminares como modalidade, área de formação, período de integralização do Curso e carga horária total. Na sequência, são apresentados sucintamente, o histórico da UEMG, da Unidade Carangola e a história do Curso de História enfatizando a área de influência da Unidade Carangola e as demandas de natureza econômica e social, em termos quantificáveis que justificam o oferecimento do curso de História. Também é destacado o percurso do curso durante seus 43 anos, bem como suas especificidades frente às exigências das novas leis; a composição do corpo docente; as referências teóricas que fundamentam o projeto e os objetivos do curso. Em seguida, é apresentada a justificativa pela construção deste novo Projeto Pedagógico. Seguem: o perfil do profissional a ser formado e as competências e habilidades de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História. Na seção seguinte, a Estrutura e Conteúdos Curriculares do curso; as metodologias e

recursos didáticos a serem utilizados; a duração da carga horária; os conteúdos curriculares e seus núcleos de estudos: Núcleo de Estudos de Formação Geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores, a Prática de Formação Docente, o Estágio Curricular Supervisionado, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais. É apresentada também, a Matriz Curricular do curso de História.

Na sequência, apresentamos a organização geral do Curso, destacando: o Colegiado do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, as atividades de Pesquisa e Extensão desenvolvidas e o Sistema de Avaliação. Em seguida, a Infraestrutura do curso: as salas de aula; os laboratórios disponíveis; a política de atualização e expansão do acervo bibliográfico e as referências bibliográficas. Nos anexos, apresentamos as ementas das disciplinas obrigatórias e optativas com a bibliografia básica e a complementar, as Diretrizes para a execução do Estágio Supervisionado, as Diretrizes para a execução do Trabalho de Conclusão de Curso, o Regulamento para as Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais e para o Controle do Rendimento Escolar dos Alunos.

É também importante ressaltar que este Projeto Pedagógico não é um documento definitivo. Ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças provenientes de discussões futuras, levando-se em consideração os interesses e as necessidades do público ao qual se destina na busca constante da formação de um profissional capaz de promover meios para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, capaz de acompanhar as tendências de um mundo pluralista e repleto de desafios / transformações e de propiciar aos seus futuros alunos um ensino de qualidade e humanitário.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Graduação em História

Modalidade oferecida: Licenciatura

Modalidade de ensino: Presencial

Habilitações: Formação inicial para o exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional.

Título acadêmico conferido: Licenciado em História

Atos de autorização / criação: Decreto nº. 70.411 publicado no Diário Oficial de 17 de abril de 1972.

Renovação de reconhecimento/CEE: Decreto NE nº 66 de 30 de março de 2015, publicado em 31 de março de 2015.

Período de funcionamento do curso: 44 anos

Regime de matrícula: Semestral e por disciplinas

Sistemas de créditos: 1 crédito corresponde a 15 horas relógio (18 horas aula)

Tempo de integralização: mínimo de quatro anos (oito semestres) e máximo de oito anos (dezesseis semestres).

Carga horária total: 3.420 horas/relógio correspondentes a 228 créditos

Carga horária semanal: 20 horas

Semanas letivas semestrais: 18 semanas

Número de vagas oferecidas: 40 vagas

Número de turmas: 1 por ano

Turno de funcionamento: Noturno

Local de funcionamento: UEMG / Unidade Carangola

Formas de ingresso - Vestibular, Sistema de Seleção Unificada (SISU), Transferências internas e de outras IES nacionais e Obtenção de novo título de graduação

Endereço da Instituição:

Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG

Unidade Carangola

Praça dos Estudantes, nº 23 – Bairro: Santa Emília

CEP 36800-000– Carangola – MG

Fone: (32) 3741 -1969 – FAX: (32) 3741 -5846

1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG

A criação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG se deu pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989 em seu artigo 81. Sua estrutura foi definida pela Lei 11.539, de 22 de julho de 1994 e seu Estatuto fora aprovado pelo Decreto nº. 36.898, de 24 de maio de 1995. O reconhecimento da UEMG se deu pelo Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário de “Minas Gerais”, órgão oficial do Estado, em 28 de fevereiro de 1996.

A concepção que fundamentou a criação da UEMG foi a de que era necessário construir, nas diferentes regiões do Estado, uma consciência equilibrada de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, percebeu-se que as fundações educacionais precisavam ter seu papel redefinido dentro da estrutura educacional do Estado, pois naquela conjuntura a situação jurídica dessas, era complexa e muitas delas funcionavam de forma precária. Sentiu-se, então, a necessidade de se reorganizar o sistema estadual de educação superior mineira, na perspectiva de integrar as instituições de educação superior da Capital às IES das várias regiões do Estado.

Partiu-se do princípio de que o ensino superior mineiro seria mais eficaz e de melhor qualidade se as instituições do interior atendessem às demandas de sua região e, ao mesmo tempo, trabalhasse em colaboração com outras do estado e com as de Belo Horizonte, de maneira a construir uma rede de ensino que oferecesse cursos em todas as áreas do conhecimento e abrangesse todo o Estado. Dessa forma, seriam observados os princípios de cooperação e de regionalização. A interiorização do ensino superior no Estado se tornaria mais completa e eficiente.

Nessa perspectiva, surgiram as primeiras tentativas de consolidação de uma universidade estadual norteada pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada, constituída por fundações educacionais. A criação dessas IESs deveria ocorrer a partir da reorganização da situação das fundações educacionais já existentes, com a absorção, como unidades, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, na forma prevista no § 1º do artigo 82 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Como primeiro passo, procedeu-se à incorporação de fundações públicas com sede na Capital, que, à época, ofereciam basicamente o ensino de graduação. O *campus* de Belo Horizonte incorporou os cursos de quatro escolas que já pertenciam ao Estado: Escola Guignard, Escola de *Design*, Escola de Música e Faculdade de Educação, consoante a Lei nº

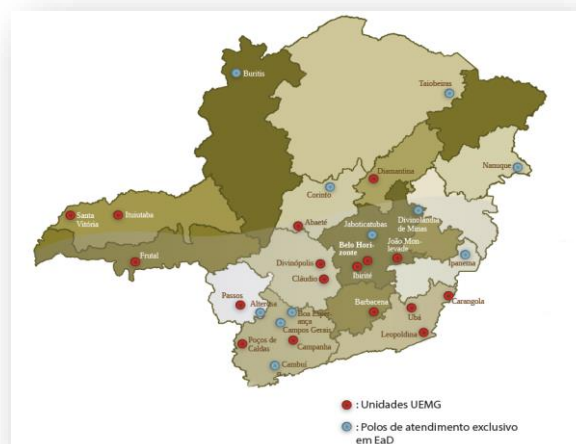
11.539, de 1994. As mantenedoras das três primeiras IES foram extintas em 1995 pelo Decreto nº. 36.639, de 10/1/95, transferindo-se também para os quadros da UEMG o pessoal docente e administrativo das entidades incorporadas.

Pela Lei nº 20.807 de 26 de julho de 2013 que Dispõe sobre a absorção das fundações educacionais de ensino superior à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, foi feita a absorção das Fundações: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola; Fundação Helena Antipoff; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Divinópolis; Fundação Educacional de Ituiutaba e Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha. Através da Reitoria, das unidades do Campus BH e das unidades do interior, e dos polos de EaD, a UEMG atua de forma integrada com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e demais instituições a ela vinculadas, estabelecendo relações com a comunidade científica e órgãos de fomento à pesquisa.

Dessa forma, as Unidades da UEMG se constituem não apenas como alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também como política de desenvolvimento regional. Então, a Universidade se configura, ao mesmo tempo, universal e regional.

Com a absorção das fundações associadas, a UEMG atualmente, oferece 117 cursos de graduação e dois na modalidade à Distância, os quais contemplam 21.127 alunos, contribuindo desta forma para a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito no Estado e para maior integração e desenvolvimento das regiões. Veja a seguir o mapa demonstrativo das Unidades que compõem a UEMG e os polos de atendimento em Educação a Distância:

Figura 1



Unidades da UEMG

Fonte: <http://www.uemg.br/unidades.php>.

1.1 Competência e Finalidades da UEMG

As finalidades e competências da UEMG foram instituídas pelo Decreto nº 45.873, de 30 de dezembro de 2011 com o fito de promover atividades de ensino superior, pesquisa e extensão, observadas as políticas formadas pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES.

A Universidade do Estado de Minas Gerais tem como finalidades:

- contribuir para a formação da consciência regional, por meio da produção e difusão do conhecimento dos problemas e das potencialidades do Estado;
- promover a articulação entre ciência, tecnologia, arte e humanidade em programas de ensino, pesquisa e extensão;
- desenvolver as bases científicas e tecnológicas necessárias ao aproveitamento dos recursos humanos, dos materiais disponíveis e dos bens e serviços requeridos para o bem-estar social;
- formar recursos humanos necessários à transformação e à manutenção das funções sociais;
- construir referencial crítico para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e humanístico nas diferentes regiões do Estado, respeitadas suas características culturais e ambientais;
- assessorar governos municipais, grupos socioculturais e entidades representativas no planejamento e na execução de projetos específicos;
- prestar assessoria a instituições públicas e privadas para o planejamento e a execução de projetos específicos no âmbito de sua atuação;
- promover ideais de liberdade e solidariedade para a formação da cidadania nas relações sociais;
- desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida das regiões mineiras.

1.2 A Unidade Carangola

A Unidade Carangola originou-se da Fundação FAFILE de Carangola que teve início na década de 1970, quando a cidade de Carangola e outras do seu entorno, como as demais regiões do interior do país, demandavam por programas de formação superior, principalmente, por cursos de Licenciatura, uma vez que a população estudantil procurava os grandes centros,

distantes de sua residência o que, além dos transtornos que acarretava, implicava gastos extras, muitas vezes, incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

Visando atender a essa necessidade social da região, a Fundação FAFILE de Carangola solicitou o credenciamento de sua mantida, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE que iniciou suas atividades com a oferta dos seguintes Cursos de Licenciatura: Ciências/Matemática, História, Letras e Pedagogia autorizados pelo Decreto nº 70.411, de 14 de abril de 1972, que Autoriza o Funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola/MG, publicado no Diário Oficial da União em 17 de abril de 1972. Em seguida, são instalados os cursos de Geografia, autorizado através do Decreto Estadual nº 41.547, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 20 de fevereiro de 2001 e Ciências Biológicas autorizado pelo Decreto Estadual nº 43.153, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 11 de janeiro de 2003. Em 2002, o Decreto CEE/Nº 42.624 de 02 de agosto de 2002, credenciou a Faculdade de Ciências Exatas – FACEX para implantação do Curso de Sistemas de Informação, autorizado pelo Decreto Estadual nº 42.824, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

Assim, atendidos os requisitos legais e pela aprovação do seu Regimento através do Parecer CEE nº 93/07 publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 10 de fevereiro de 2007 foram criadas as Faculdades Vale do Carangola – FAVALE, pela junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE e da Faculdade de Ciências Exatas – FACEX, mantidas pela Fundação FAFILE de Carangola. Através do Decreto Estadual publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 02 de junho de 2007, a FAVALE obtém autorização para o funcionamento dos cursos de Administração e de Turismo e pelo Decreto publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 30 de julho de 2008 fica autorizada a criação do Curso de Serviço Social.

Sediada na Praça dos Estudantes, 23, Bairro Santa Emília, município de Carangola, ao longo de sua trajetória na área de educação por mais de 40 anos, a FAVALE se dedicou à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica qualificando no período 1976 – 2011, 8.437 profissionais.

Tendo em vista a Portaria MEC/CNE Nº 4.059 de 10/12/04, a partir do segundo semestre de 2008, deu-se início ao trabalho com disciplinas semipresenciais. Essas disciplinas foram incorporadas, gradativamente, nos seus cursos reconhecidos na modalidade semipresencial. Cumpre ressaltar que, o deslocamento das atividades presenciais para as semipresenciais, nos

cursos de graduação existentes na IES, implicou à utilização de um desenho pedagógico, diferenciado, isto é, de um tipo de ensino pautado na participação, na coautoria e na aprendizagem baseada na construção do conhecimento em rede.

Dessa forma, um novo papel foi solicitado ao professor, pois para viabilizar a implementação dessa nova modalidade de ensino foi importante contar com os recursos tecnológicos da plataforma *moodle* e da metodologia da educação à distância. Tendo em vista a manutenção do mesmo padrão de qualidade da modalidade presencial, a IES não só realizou atividades de capacitação em Educação a Distância – EaD para professores e pessoal técnico-administrativo como também elaborou Orientações Gerais, para as atividades em EaD, cuja finalidade foi imprimir um eixo comum às práticas docentes dos professores, no que se refere ao desenvolvimento das atividades semipresenciais e ao atendimento ao aluno.

Dentre as estratégias adotadas pela Instituição para sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a implantação de parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal; a criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NUPEX; realização de atividades de extensão na área de Educação Ambiental, Cultura e Lazer; implantação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, com área de concentração em Alfabetização, Psicopedagogia, Gestão de Processos Educativos, História e Educação Ambiental; revisão dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação. Complementando as opções de formação pedagógica oferecida pela Fundação FAFILE foi implantada, em 2005, a Escola de Formação Profissional com priorização inicial da área Agropecuária. Na tentativa de expandir sua atuação, bem como iniciar um Programa de Formação Continuada ofereceu: – cursos de Qualificação Profissional em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador –FAT; Telessalas de Minas, conveniadas com Prefeituras Municipais do entorno da IES; – Programa de Capacitação de Professores do Ensino Médio – Pró Ciências patrocinados pela CAPES/ME, SEMT/MEC, SECT/MG e SEE/MG; –Programa de Capacitação de Professores – PROCAP –Escola Sagarana, através do Edital de Licitação nº 04/2000 da SEE/MG; - Programa para Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais – SIMAVE/PROEB, nos anos de 2000 e 2001, atendendo a todos os alunos da SRE de Carangola e da SRE de Manhuaçu; – Projeto Veredas – Formação Superior de Professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modalidade a Distância, capacitando 422 professores em exercício nas Escolas Públicas das SRE de Guanhães e de Governador Valadares.

Procurando desenvolver um amplo e diversificado conjunto de ações tendo em vista obter uma maior articulação com órgãos, entidades, empresas, prefeituras e outras instituições voltadas para a educação e o ensino, a FAVALE manteve, parcerias com: I – Prefeitura

Municipal de Carangola para realização do Projeto TIM: grandes escritores, FAFILE na Maior Idade, realização do Estágio Curricular Supervisionado, Cursos de Formação Continuada de Professores e outros; II – Prefeituras Municipais do seu entorno para deslocamento de alunos dos cursos de graduação até a FAVALE, III – Superintendências Regionais de Ensino – SREs, para oferecimento de Cursos de Formação Continuada de Professores, expedição de certificados, realização de Estágio Curricular Supervisionado.

Em 30 de novembro de 2013, por meio do Decreto nº 46.539, a Instituição Faculdades Vale do Carangola foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. A partir desta data, surge, na Zona da Mata Leste de Minas, a primeira universidade pública desta região que segue suas atividades, agora, como uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

2 HISTÓRIA E PERFIL DO CURSO

O curso de História nasceu junto com a criação da Fundação FAFILE de Carangola nos anos de 1970. Como dito anteriormente, o curso foi credenciado pelo Decreto nº. 70.411, publicado no Diário Oficial da União de 17 de abril de 1972. O curso obteve seu reconhecimento em dezembro de 1976, com o Decreto de nº 70.019. Durante os anos seguintes, vários cursos e outra faculdade, a de Ciências Exatas foram credenciados pela Fundação FAFILE de Carangola. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

A partir do Decreto nº. 46.539, de 30 de novembro de 2013, a Fundação FAFILE foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e passou a denominar-se Unidade Carangola.

O curso de História implantado em 1972, na extinta Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola (FAFILE) já formou até 2014 1.108 professores e professoras. É um curso noturno, presencial, com a possibilidade de oferecimento de disciplinas semipresenciais, criado para atender às necessidades da população de Carangola e região, constituída por jovens que, em sua maioria, desenvolve atividades laborais durante o dia, com renda média próxima ao salário mínimo. Trata-se de uma alternativa atraente para os estudantes que buscam qualificação profissional e remuneração melhor em relação à realidade pregressa.

O contexto histórico tem mostrado que os cursos de formação de professores, mais especificamente o curso de História têm sua estrutura curricular regulamentada por diferentes e consecutivas legislações. Essa prática reveladora da descontinuidade e da indefinição em relação à formação desse profissional da educação vem orientando, através dos anos, os debates, as polêmicas e as discussões dos educadores.

Durante os mais de 40 anos de experiência do curso de História, ocorreram várias alterações curriculares, todas visando à atualização dos conteúdos ministrados, à reorganização da estrutura das disciplinas, à ampliação dos conhecimentos ensinados e/ou à adequação às exigências da legislação em vigor.

O curso passou por modificações quanto à atuação profissional de seu licenciado, sendo que essas modificações refletem não só a mudança da legislação específica, mas também as mudanças sociais, econômicas e políticas da sociedade. Uma vez que as disciplinas do curso têm relações com as transformações, as mudanças operadas procuram estar em sintonia com as mudanças da sociedade e as necessidades e demandas dos profissionais licenciados.

O Parecer CNE/CES nº. 492/2001 de 03 de abril de 2001 e as modificações trazidas pelo Parecer nº. 1363/2001 de 12 de dezembro de 2001 e a Resolução CNE/CES nº. 13 de 13 de março de 2002 definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História, de forma que o licenciado em História, conforme citado naquele Parecer (2001, p. 4), possa: “lidar com as temporalidades e as exigências de uma formação específica que habilite o profissional de História a trabalhar com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época”.

Atualmente, o curso possui um corpo docente altamente qualificado, composto por 07 professores, dos quais 03 são doutores, 03 mestres e 01 especialistas; além de outros professores de outros cursos que ministram disciplinas ligadas a outros campos do saber.

Desde sua criação, na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFILE) o curso qualificou 1.109 professores e professoras, como já referido, responsáveis pela educação fundamental, média e superior da população de Carangola e região, o que representa o compromisso que o curso vem assumindo na formação de profissionais da educação local e regional.

Apesar de não existirem trabalhos sistematizados sobre a atuação profissional dos egressos do curso de História, os levantamentos feitos em várias ocasiões, como por exemplo, durante cursos de extensão, cursos de formação continuada, programas de pós-graduação *Lato Sensu* possibilitaram a constatação de que os egressos do curso de História atuam, na sua maioria, nas séries finais o ensino fundamental e no ensino médio das escolas públicas e privadas da região.

Hoje, a reestruturação deste Projeto se faz necessária para que haja maior flexibilidade curricular, possibilitando ao estudante optar/escolher por disciplinas que atendam seus interesses. Pretende-se, com a reformulação, que o curso de História, diante da sociedade da informação, constitua-se como formador de professores aptos a procederem à mediação entre essa sociedade e os alunos, entendendo que conhecer não se reduz a informar. (PIMENTA, 2009). Sendo assim, não se pode desconsiderar que os recentes e intensos impactos socioeconômicos e histórico-culturais que velozmente se propagam e afetam em diferentes graus a rotina de todos os segmentos sociais, tenham também consequências na educação e na formação do profissional, em especial, o da educação.

Busca-se, com esse novo desenho, que o egresso do curso de História tenha domínio do conteúdo e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação do ser humano; que tenha na sua

formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e que tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

Como todo curso de licenciatura, o curso de História da UEMG – Unidade Carangola, deve ter seu foco na formação de profissionais que irão atuar na sala de aula, como professores do ensino fundamental e médio, notadamente (mas não exclusivamente).

Não podemos, no entanto, esquecer que a pesquisa, importante em todos os campos acadêmicos, é um dos pontos fulcrais do fazer histórico. A pesquisa, movida pela necessidade e curiosidade histórica, é essencial na formação do professor/historiador e, na reestruturação contida neste Projeto Pedagógico, fomos movidos por essa intenção de forma a não perder de vista a importância da formação teórica específica de História.

Busca-se a formação de um profissional habilitado a contextualizar, problematizar, apto a teorizar sobre a prática sem deixar de praticar a teoria e, a partir daí, cultivar horizontes de transformação e melhoria de sua própria vocação e propor soluções derivadas de uma atuação crítica e criativa. O eixo da organização curricular fundamenta-se na crítica historiográfica, ou seja, a ideia de que a capacidade de interpretação da urdidura de sentidos é mais pertinente que o ajuntamento de fatos, datas e personagens excepcionais. Com isso, destaca-se a importância creditada à relação entre teoria e prática em m campo do saber que desde há muito tomou seus métodos e categorias de análise como objetos de sua própria investigação.

Desse modo, o profissional de História que desejamos formar neste curso, integra as dimensões da prática do pesquisador que pensa as várias dimensões do ensino pois não se imagina um bom professor de História sem a pesquisa histórica. A filosofia do Curso de História está sedimentada no conceito de professor pesquisador, isto é, na formação profissional integrada, das atividades de magistério - formação do profissional para o ensino fundamental e médio - e da produção do saber histórico.

A cidade de Carangola é privilegiada no que se refere à fontes de pesquisas. O Museu Municipal conta com um rico acervo de jornais, fotografias, documentos e peças diversas, abrangendo um período que vai do final do século XIX aos dias atuais, sendo um local já utilizado como fonte de pesquisa em projetos de pesquisa e extensão por alunos e professores da Unidade Carangola. Muitos desses projetos estão vinculados aos editais de pesquisa e extensão publicados pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pró-reitoria de Extensão da UEMG.

Encontram-se, também, no Museu mais de 20 mil peças extraídas do Sítio Arqueológico Córrego do Maranhão, retiradas entre 2008 e 2009. A maioria dessas peças ainda não foi devidamente estudada.

É importante, também, destacar que a existência do Museu em nossa cidade influenciou a montagem da Matriz Curricular do curso. Existem duas disciplinas obrigatórias, Patrimônio Histórico e Cultural (1º período) e Arquivos e Museus (4º período) com o objetivo de proporcionar aos alunos uma formação que possa ajudá-lo a entender a importância da preservação do patrimônio e da pesquisa em fontes primárias. Além daquelas disciplinas, ainda são oferecidas disciplinas optativas na área de História Regional a fim de proporcionar os conhecimentos necessários para o estudo e pesquisa naquela área e nas possíveis “memórias” ali existentes. As disciplinas são as seguintes: Estudos regionais: campo e cidade; Cidade, memória e território e História regional: teoria, métodos e fontes.

Assim, a História Regional poderá ser mais bem pesquisada, entendida e explicada através do acesso ao acervo do Museu e na preparação de material referente às especificidades locais. A produção de História Regional é mais do que necessária para o melhor conhecimento do processo histórico de formação de nossa sociedade

Formação teórica, envolvendo conteúdo específicos e pedagógicos, pesquisa e extensão são por nós entendidas como as bases da formação do licenciado em História e, para tanto, propomos este Projeto Pedagógico.

3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

A Unidade Carangola está localizada na Zona da Mata mineira que se configura numa porção regional caracterizada pelo domínio de pequenos municípios com predominância de atividades do setor primário e terciário (IBGE, 2010). O município de Carangola tem uma população, segundo o último censo, de 33.463 habitantes. A microrregião de Muriaé/MG, na qual se encontra o município de Carangola – MG, reforça essas características com ênfase para a cafeicultura, pecuária e o setor de serviços, no qual a educação ainda é relevante. A microrregião de Muriaé tem aproximadamente 300 mil habitantes e há em funcionamento apenas dois cursos de História, sendo um na UEMG – Unidade Carangola.

Figura 2
Microrregião de Muriaé



Fonte: IBGE

A população desta região é mostrada na tabela abaixo:

Tabela 1
Cidades potencialmente atendidas

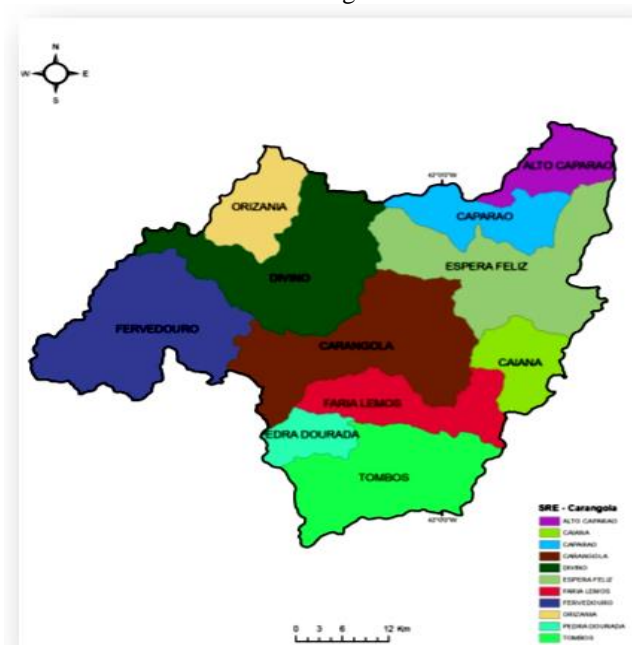
Município	População
Antônio Prado de Minas	1677
Barão de Monte Alto	5706
Caiana	5354
Carangola	33463
Divino	20012
Espera Feliz	24469
Eugenópolis	11169
Faria Lemos	3396
Fervedouro	10936

Miradouro	10759
Miraí	14753
Muriaé	107263
Orizânia	7831
Patrocínio do Muriaé	5617
Pedra Dourada	2401
Rosário da Limeira	4525
São Francisco do Glória	5145
São Sebastião da Vargem Alegre	2973
Tombos	9033
Vieiras	3765
Total	290247

Fonte: IBGE

A área de influência da Unidade Carangola envolve principalmente a Superintendência de Ensino de Carangola (SER), que é composta por 11 municípios com 232 escolas, sendo 33 estaduais, 181 municipais e 18 privadas.

Figura 3
SRE - Carangola



Fonte: <http://srecarangola.educacao.mg.gov.br/>

Engloba ainda outros municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes a outras Superintendências Regionais de Ensino como: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Betim, Caparaó, Congonhas, Leopoldina, Manhuaçu, Manhumirim, Ouro Preto, Pedra Bonita, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, Santa Margarida, Teófilo Otoni. Além dos municípios mineiros

já mencionados, a área de influência da UEMG – Unidade Carangola, se estende, ainda, através do SISU, para municípios do Estado do Rio de Janeiro como Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda, para os municípios do sul-capixaba como Alegre, Dolores do Rio Preto, Guaçuí e Venda Nova do Imigrante e, também, Osasco e Sertãozinho no Estado de São Paulo, de

Essas informações demonstram a importância da UEMG – Unidade Carangola na região, bem como do curso de História, único oferecido por uma universidade pública na região.

O curso é voltado para atender não só ao município de Carangola, mas toda a área de próxima através do vestibular convencional, e também a todos aqueles que através do Sistema de Seleção Unificado (SISU).

Como já foi citado no item 2 (História e Perfil do Curso), o curso de História já conta com mais de quarenta anos de atividade iniciados com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola, sucedida pelas Faculdades Vale do Carangola e, hoje, UEMG – Unidade Carangola. Nesse período tivemos a formação de 1.109 professores de História:

Tabela 2
Alunos concluintes – curso de História

Ano	Vagas	Formandos	Ano	Vagas	Formandos
1975	45	39	1996	45	35
1976	45	32	1997	45	28
1977	45	9	1998	45	53
1978	45	23	1999	45	43
1979	45	20	2000	45	47
1980	45	23	2001	45	52
1981	45	9	2002	45	42
1982	45	30	2003	45	38
1983	45	43	2004	45	32
1984	45	25	2005	45	28
1985	45	35	2006	45	24
1986	45	31	2007	45	8
1987	45	27	2008	45	13
1988	45	17	2009	45	12
1989	45	42	2010	45	12
1990	45	41	2011	45	1
1991	45	36	2012	45	0
1992	45	33	2013	45	0
1993	45	31	2014	40	19
1994	45	40	2015	40	0
1995	45	36			
Total					1109

Fonte: Secretaria do curso de História. UEMG – Unidade Carangola

A demanda pelo curso variou conforme os anos e apresentamos na tabela a seguir os dados referentes aos últimos quinze anos:

Tabela 3
Candidatos inscritos no vestibular – curso História

Ano	Vagas	Candidatos
2001	45	139
2002	45	39
2003	45	54
2004	45	20
2005	45	49
2006	45	46
2007	45	26
2008	45	25
2009	45	12
2010	45	23
2011	45	15
2012	45	25
2013	45	15
2014	40	129
2015 (*)	40	30
Total		647

(*) Ano de 2015: somente vestibular tradicional, sem dados do SISU
Fonte: Secretaria do curso de História. UEMG – Unidade Carangola

Além dos municípios do estado de Minas Gerais citados acima, as regiões do sul do Espírito Santo e noroeste do Rio de Janeiro estão dentro da área de influência da UEMG – Unidade Carangola. Não podemos esquecer, também da influência do SISU, de nível nacional, que, de uma outra forma, estende a área de atuação da Unidade.

Como já foi citado anteriormente, o processo de reestruturação do presente Projeto Pedagógico Curricular do Curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola e, por conseguinte, de todo o curso, foi iniciado através de debates que contaram com a colaboração de professores e alunos, tendo em vista oportunizar uma maior participação de todos os envolvidos e interessados no curso.

Ao considerar o disposto na legislação pertinente e nos debates e das opiniões dos envolvidos no processo, a reestruturação do presente Projeto Pedagógico tem como ponto de partida o compromisso social, incorporando o ponto de vista da conjuntura contemporânea, como também o consenso sobre a estruturação curricular, os tópicos a serem trabalhados em cada uma das disciplinas, as condições de oferta do Curso e as formas de organização do processo ensino-aprendizagem. Como afirma Freire (1996, p. 26):

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e a seriedade.

Dessa forma, este projeto sistematiza as ideias e a percepção coletiva dos professores da área específica do curso, daqueles que ministram as disciplinas de caráter geral, como também as ideias, opiniões e sugestões do corpo discente, sempre à procura de caminhos que deem conta da complexidade e singularidade da atuação profissional dos egressos. Trata-se, portanto, de um esforço conjunto na busca das reformulações que se fazem necessárias para tornar a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também a gestão de processos educativos a base da formação do profissional Licenciado em Pedagogia, tornando-o, desta forma, apto para o mercado de trabalho e capaz de atuar de acordo com as novas exigências da comunidade escolar e as novas estruturas organizativas do mundo atual.

No decorrer da estruturação do presente documento, procurou-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Curso de História interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: o Ensino, com base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos; a Pesquisa, como forma de articular e aprofundar temas de interesse, revisitando teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos e, a Extensão, permitindo aos alunos o contato com as iniciativas educacionais presentes na comunidade universitária e fora dela, como suportes básicos para a elaboração e produção de trabalhos científicos. Essas áreas, em conjunto, objetivam a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação do professor junto ao mundo do trabalho de forma crítica, reflexiva e consciente, exercendo sua cidadania pessoal e ocupando o seu espaço profissional

Esta justificativa procura ainda, contemplar as exigências legais com base nas diretrizes fundamentais estabelecidas nos principais documentos que seguem relacionados:

- 1) Lei 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- 2) Parecer CES/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001 e Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002, que traçam as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, inclusive para os cursos de História, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001 (12/12/2001).

- 3) Resolução CNE/CP 1/2004, de 17 de junho de 2004, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana
- 4) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras
- 5) Resolução CNE/CP 1/2012, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
- 6) Resolução CNE 2/2012, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
- 7) Parecer CNE/CP 2, de 09 de junho de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, e sua Resolução 2 de 1º de julho de 2015.
- 8) Resolução CCE/MG 459/13, de 10 de dezembro de 2013, que consolida as Normas Relativas à Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais
- 9) Resolução COEPE/UEMG 132/13, de 13 de dezembro de 2013, que Regulamenta a Implantação do Regime de Matrícula por Disciplina nos cursos de graduação da UEMG.
- 10) Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 46.352, de 25 de novembro de 2013
- 11) Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais

A principal justificativa, portanto, decorre de deliberações construídas ao longo do tempo, tendo como referência as demandas do curso, bem como as mudanças na legislação pertinente, estabelecendo novos parâmetros concernentes às cargas horárias dos cursos, às práticas como componentes curriculares, ao estágio supervisionado, entre outras providências que se materializam, efetivamente, nas reformulações curriculares que reorientem as concepções didático-pedagógicas, para viabilizar o alcance dos objetivos gerais pretendidos, em conformidade com os requisitos das áreas de conhecimento.

4 OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo central do curso é possibilitar aos futuros professores de História, uma formação que lhes possibilite um desempenho profissional com domínio de conteúdos científicos, pedagógicos e de prática profissional, e, portanto, que eles sejam capazes de desenvolver uma prática pedagógica de intervenção consciente na realidade. Essa formação se dará, portanto, nas dimensões profissional, epistemológica e política.

A fim de cumprir o objetivo do curso este Projeto Pedagógico descreve pressupostos essenciais a serem contemplados, como objetivos complementares. São estes objetivos que norteiam a formação de um profissional egresso dos cursos de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais:

I – estimular o conhecimento de diferentes culturas ao longo do tempo, fortalecendo os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, de modo que o ensino e a prática da História venham a se tornar um importante instrumento de construção da cidadania;

II – incentivar o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo como base para o trabalho de pesquisa e investigação histórica visando ao desenvolvimento da criação e difusão da cultura e, desse modo, estimular a compreensão do profissional acerca dos condicionantes espaço-temporais que conformam o tempo presente;

III – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

IV – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;

V – formar, na área específica do conhecimento de História, profissionais aptos para a inserção em setores de ensino e pesquisa e para a sua participação no desenvolvimento da sociedade brasileira como membros da sociedade global;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual numa perspectiva processual, e assim prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Assim, alicerçada em princípios que realçam o significado social que se atribui à formação do profissional de História, a estrutura curricular delineada tem como meta a preparação deste profissional qualificado para os desafios inerentes à sua profissão. As adaptações incorporadas ao currículo de História devem contemplar os conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino.

Consideramos objetivos que orientam o processo pedagógico para proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento de habilidades e de competências consideradas imprescindíveis para o pleno e efetivo exercício da profissão:

- o reconhecimento e análise das formações sociais historicamente construídas, bem como dos processos históricos recentes, que propiciam mudanças contemporaneamente vivenciadas;
- a identificação, investigação, análise e inter-relacionamento das peculiaridades dos processos históricos e seu nexos com a *práxis* cotidiana;
- a relevância das práticas pedagógicas como meio facilitador da apropriação do conhecimento;
- os significados das representações contidas no acervo historiográfico.

A concepção do currículo proporciona efeitos pedagógicos positivos ao processo ensino-aprendizagem, tanto em relação aos conhecimentos historiográficos, quanto em relação ao próprio fazer história, compreendendo as práticas cotidianas. Cumpre ao profissional de História o mérito de instrumentalizar o reconhecimento das formações sociais com suas respectivas peculiaridades.

No entanto, para que a formação do profissional egresso ocorra como se deseja, não basta simplesmente que sejam elencadas disciplinas e atribuídas cargas horárias de atividades docentes, pois é necessário que outros aspectos pedagógicos sejam agregados ao processo ensino-aprendizagem. Estima-se, por exemplo, que estudantes de nível universitário se considerem componentes prioritários desse processo sistemático de ensino-aprendizagem, seja por motivação profissional própria, seja enquanto categoria social legitimamente representada nos espaços institucionais e, assim, participem solidariamente das iniciativas acadêmicas em diversos âmbitos, sempre na perspectiva de aprimoramentos em prol de um processo educativo de qualidade e socialmente referenciado.

Estima-se, também, que se estabeleça uma relação interativa entre docentes e discentes na socialização dos conhecimentos, ínsitos nos objetivos dessa concepção curricular. Inserindo-se nesse contexto e nele intervindo, o curso de História deve, pois, em sua estrutura e

funcionamento, consolidar-se como lugar de articulação de saberes oriundos da experiência escolar e não-escolar, das áreas do saber e disciplinas historicamente constituídas e das atividades de observação e intervenção em contextos reais de ensino, sendo capaz de criar e abrigar seus próprios espaços de síntese de conhecimentos e de proposição de temas e questões para a pesquisa.

5 PERFIL PROFISSIONAL

A formulação de um perfil desejado para o profissional egresso do Curso de Licenciatura em História, implica em reconhecer que se trata de desafios relativamente à formação pedagógica, científica, cultural e política, desafios que se impõem a docentes e discentes e se relacionam à (ao):

- autonomia intelectual;
- pensamento reflexivo;
- capacidade para atuar de forma ética, crítica e criativa na busca de soluções para as questões que lhe são apresentadas pela sociedade;
- capacidade para trabalhar em equipe interdisciplinar;
- criatividade, iniciativa e flexibilidade nas relações inter-pessoais e profissionais;
- respeito à diversidade própria dos ambientes profissionais;
- compreensão dos elementos e dos processos relativos ao meio natural e ao construído;
- sólida fundamentação filosófica, teórica e metodológica;
- capacidade de aplicar o conhecimento em prol do desenvolvimento social;
- disposição para o aprendizado contínuo;
- capacidade de se adequar às novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), tendo-as como instrumentos que possam contribuir para o desenvolvimento de um trabalho reflexivo e crítico;
- domínio e constante aprimoramento das abordagens científicas inerentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento em História.

Tal como trata o Parecer CNE-CES 492/2001, o graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho com a História em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão, com formação complementar e interdisciplinar. O objetivo primordial é que o profissional esteja em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento, seja no exercício do magistério, na prática de pesquisa ou na assessoria a entidades públicas e privadas nos setores culturais. Assim, ainda de acordo com o Parecer supracitado, o perfil do profissional egresso deve contemplar, de modo geral, as seguintes habilidades:

- dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas;

- problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
- transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- manejar com competência os recursos de informática;

O licenciado em História, as habilidades específicas que se esperam do profissional são as seguintes:

- domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitam a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- domínio das diferentes técnicas e métodos de avaliação de conhecimento;
- capacidade de efetuar a transposição didática, realizando assim a adaptação da densidade dos conteúdos aprendidos na Universidade ao nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, numa dinâmica que vai do mais complexo ao menos complexo;
- capacidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos prévios do aluno no processo de transmissão/construção do saber histórico escolar;
- capacidade de lidar com o livro didático, de confrontá-lo e ao mesmo tempo valorizar as suas potencialidades;
- capacidade de inovar pedagogicamente, tanto no que diz respeito aos recursos/estratégias de ensino, quanto na proposição de avaliações/atividades criativas que despertem no aluno o interesse pelo aprendizado da disciplina.

No presente Projeto Pedagógico foram acrescentadas disciplinas obrigatórias e optativas voltadas à formação teórica do graduando, ligada à análise historiográfica e a pontos específicos da teoria da História. Esse acréscimo tem como objetivo melhorar sua formação intelectual, possibilitando uma prática profissional mais reflexiva e, também, no intuito de aumentar as

informações que podem ser utilizadas em sala de aula pelo futuro professor e, ainda, prepará-lo como pesquisador, dentro do princípio que ensino e pesquisa estão interligados e têm papel fundamental na formação e na vivência profissional.

Também foram acrescentadas disciplinas dedicadas às dimensões pedagógicas de forma a proporcionar ao futuro professor as ferramentas teóricas necessárias ao bom desempenho profissional.

Essas modificações foram possíveis depois da mudança do tempo mínimo de integralização do curso de três para quatro anos, conforme indicado na Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015.

6 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A relação teoria e prática será entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo do curso de História, orientando a organização de sua estrutura.

6.1 Matrícula

A Resolução COEPE/UEMG n° 132/2013 regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula. Em seu artigo terceiro a referida Resolução determina os procedimentos para a matrícula inicial. Entre os artigos quarto e sétimo são definidas as regras de renovação de matrícula, inclusive no que se refere ao número mínimo e máximo de créditos para a renovação da referida matrícula.

Assim, de acordo com a legislação pertinente, a matrícula inicial e as posteriores renovações serão feitas por disciplinas.

6.2 Metodologia e Recursos Didáticos

As aulas do Curso de História da UEMG – Unidade Carangola são presenciais e voltadas para a futura prática em sala de aula nos diferentes níveis de ensino e para o prosseguimento dos estudos em nível de pós-graduação. Poderá acontecer, também, a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, regulamentadas com base no art. 81 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Portaria n°4.059, de 10 de dezembro de 2004. Ficando assim estabelecido: a oferta destas disciplinas não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso e, que, para a oferta das disciplinas na modalidade semipresencial devem-se incluir métodos e prática de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação tendo em vista o alcance dos objetivos pedagógicos.

Nesse sentido, o professor tem plena autonomia de escolha para a metodologia que melhor atenda seus propósitos, sempre levando em conta o uso de novas tecnologias e o objetivo primordial de preparação para a docência.

Para isso, a Unidade Carangola disponibiliza ao professor:

- Laboratório de Informática, com acesso à Internet;
- Biblioteca informatizada;
- Recursos audiovisuais, sala de videoconferência e data show.

- Biblioteca com 2.601 exemplares de livros específicos de História

6.3 Duração e Carga Horária Mínima

O curso de História terá a duração mínima de 04 anos (08 semestres) e, máximos de 08 anos (16 semestres), sendo este último, o prazo final para integralização do curso. A carga horária é de 2.400 horas/relógio (2.880 horas/aula), 405 horas de Estágio Supervisionado, 405 horas de Prática de Formação Docente como componente curricular e 210 horas de Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais, o que perfaz um total de 3.420 horas e 228créditos.

6.4 Conteúdos Curriculares

De acordo com a Resolução CNE nº 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação a continuada, os cursos de Licenciaturas devem ser caracterizados pela consolidação de três Núcleos de Formação (artigo 12, incisos I, II e III), assim caracterizados:

- I - Núcleo de Estudos de Formação Geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacional
- II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais
- III - Núcleo de Estudos Integradores para enriquecimento curricular

6.4.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral

O Núcleo de Estudos de Formação Geral compreende conhecimentos relativos:

- Princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- Princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- Conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- Observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

- Pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- Decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- Pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- Questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- Pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

O quadro abaixo apresenta as disciplinas desse núcleo de estudos:

Quadro 1
Núcleo de Estudos de Formação Geral

Disciplina	Carga Horária (Hora/Rel)	Prática de Formação (Hora/Rel)	Créditos
Introdução aos Estudos Históricos	60	0	4
História Antiga	60	0	4
História Medieval	60	0	4
Teoria e Metodologia de História	60	0	4
História da América Pré-colonial e Colonial	60	0	4
História do Brasil Colônia I	60	0	4
Teoria, Métodos e Historiografia	60	0	4
História da Educação	60	0	4
Historiografia Brasileira	60	0	4
História do Brasil Colônia II	60	0	4
História Moderna I	60	0	4
História do Brasil Império	30	0	2
História Moderna II	60	0	4
História de Minas Gerais	30	0	2
Historiografia Contemporânea	30	0	2
História Contemporânea I	60	0	4
História Brasil República	30	0	2
História da África	30	0	2
História Contemporânea II	60	0	4
História da América Contemporânea	60	0	4
História do Brasil Contemporâneo	60	0	4

História e Relações de Gênero	60	0	4
22 disciplinas	1170	0	78

6.4.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação

O Núcleo de Estudos de Aprofundamento e Diversificação compreende conhecimentos relativos:

- Investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- Avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- Pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias e história da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Segue abaixo, o quadro que apresenta as disciplinas desse núcleo de estudos:

Quadro 2
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação

Disciplina	Carga Horária (Hora/Rel)	Prática de Formação (Hora/Rel)	Créditos
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	30	30	4
Sociologia da Educação	30	0	2
Produção Textual	60	0	4
Metodologia Científica	30	30	4
Psicologia da Educação	60	0	4
Linguagem Brasileira de Sinais – Libras	60	30	6
Filosofia da Educação	30	0	2
Educação Escolar: políticas, estrutura e organização	60	30	7
Formação de Professor I	60	30	6
Formação de Professor II	30	30	4
Educação para Direito Humanos, Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade	30	30	4
Didática	60	30	6
Iconografia e Artes do Ensino de História	30	30	4
Metodologia do Ensino de História	60	30	6
14 disciplinas	630	300	62

6.4.3 Núcleo de Estudos Integradores

O Núcleo de Estudos de Integradores compreende conhecimentos relativos:

- Seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- As atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- Mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- Atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

A presença do Estágio Supervisionado como disciplina na grade curricular justifica-se por ser mais um momento de encontro e troca de experiências e ideias entre os alunos, discutindo o que presenciaram durante os vários momentos do Estágio. Posteriormente essa questão será discutida em detalhes, neste documento.

Quadro 3
Núcleo de Estudos Integradores

Disciplina	Carga Horária (Hora/Rel)	Prática de Formação (Hora/Rel)	Créditos
Patrimônio Histórico e Cultural	60	30	6
Antropologia	30	0	2
Trabalho de Conclusão Curso I	30	0	2
Arquivos e Museus	30	30	4
Educação para Relações Étnico Raciais	30	45	5
Orientação de Estágio Supervisionado I	30	0	4
Orientação de Estágio Supervisionado II	30	0	2
Orientação de Estágio Supervisionado III	30	0	2
Orientação de Estágio Supervisionado IV	30	0	2
Trabalho Conclusão Curso II	60	0	2
11 disciplinas	360	105	31

6.4.4 Disciplinas Optativas e Eletivas

Além das disciplinas elencadas nos Núcleos de Estudos de Formação Geral, de Aprofundamento e Diversificação e de Estudos Integrados, de caráter obrigatório, o estudante deverá escolher, ao longo do curso, disciplinas num total de 08 (oito) créditos que estão apresentadas no Quadro 4, abaixo. O estudante deve cursar também 08 (oito) créditos eletivos em outro curso pertencente ou não à UEMG.

As disciplinas optativas foram construídas como objetivo de reforçar algumas áreas de conhecimento e para dar ao aluno a possibilidade de aprofundar e/ou complementar informações adquiridas no decorrer do curso.

Algumas disciplinas foram disponibilizadas para atender a uma demanda específica do curso. Como já foi descrito anteriormente, as disciplinas referentes à História Regional, articulam-se com as disciplinas ligadas a museus e patrimônio histórico. As disciplinas Arte e Educação; Pesquisa em Educação e Pesquisa, extensão e prática pedagógica poderão proporcionar ao aluno uma visão sistêmica mais apurada do processo de educação, complementando as disciplinas obrigatórias já cursadas. Já as disciplinas História cultural e Micro História; História do Tempo Presente e História, imaginário e representação procuram melhorar a formação teórica do aluno, notadamente no que se refere à preparação teórica para o exercício da profissão docente e da pesquisa. A formação universitária está fundada no tripé ensino, pesquisa e extensão e, assim compreendemos que essas três áreas devam trabalhar de forma articulada.

Quadro 4
Disciplinas Optativas

Disciplina	Carga Horária (Hora/Rel)	Créditos
História das ideias políticas na Grécia antiga	60	4
Paganismo e cristianismo no mundo romano	30	2
Reinos e monarquias na Idade Média	30	2
Economia rural e vida camponesa na Idade Média	60	4
Escravidão e criminalidade	60	4
Estado, justiça e legislação criminal no Brasil Império	30	2
Estudos regionais: campo e cidade	30	2
Cidade, memória e território	60	4
História regional: teoria, métodos e fontes	30	2
Ditadura, mídia e repressão	60	4
História cultural e Micro História	60	4
História do Tempo Presente	60	4
História, imaginário e representação	30	2
Arte e Educação	30	2

Pesquisa e Educação	60	4
Pesquisa, extensão e prática pedagógica	60	4
16 disciplinas	750	50

6.4.5 Observações sobre alguns conteúdos curriculares

A resolução CNE/CP 2/2015 traz em seu artigo 13 parágrafo 2º o seguinte:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

As discussões sobre assuntos e temas ligados a problemas sociais, minorias, movimentos sociais, diversidade e luta pela manutenção e conquista de direitos é feita nas disciplinas do Núcleo de Estudos de Formação Geral, uma vez que é praticamente impossível discutir a história sem o debate a ser cerca das lutas por melhores condições sociais, bem como liberdades civis e religiosas, que aconteceram nas diversas etapas das transformações pelas quais passou a sociedade.

Além das discussões citadas acima que são, por assim dizer, “dever de ofício”, algumas disciplinas tratam mais de perto da temática social, procurando formar um aluno reflexivo e atento aos problemas sócias, econômicos e políticos presentes no espaço social em que irá atuar como professor. Procuramos propor ementas e bibliografias, nessas disciplinas, que, sem fugir às suas especificidades, possam contribuir para a formação de um cidadão crítico quanto aos problemas sociais. Podemos as seguintes disciplinas onde as discussões serão feitas de forma mais específicas: História e relações de gênero; Sociologia da Educação; Formação de Professor (I e II) Educação para Direitos Humanos, Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Didática, Antropologia e Educação para as relações étnico-raciais. Alguns dos temas propostos no artigo 3º, § 2º, podem não estar nominados nas ementas das disciplinas, mas sua abordagem deverá ser feita dentro das discussões sobre a sociedade e seus problemas.

As discussões e textos propostos podem ajudar o futuro professor em sua lida com temas importantes que não podem ficar fora da agenda de discussões em qualquer nível de formação.

6.5 Matriz Curricular do Curso de História

1º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
Introdução aos Estudos Históricos	Não tem	Ob	72	60	4
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	Não tem	Ob	36	30	2
Sociologia da Educação	Não tem	Ob	36	30	2
Produção Textual	Não tem	Ob	72	60	4
História Antiga	Não tem	Ob	72	60	4
Patrimônio Histórico e Cultural	Não tem	Ob	72	60	4
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	18	15	1
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	72	60	4
Estágio Supervisionado	-	Ob	0	0	0
Total do período			450	375	25
Total acumulado			450	375	25

2º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
Metodologia Científica	Não tem	Ob	36	30	2
Psicologia da Educação	Não tem	Ob	72	60	4
Linguagem Brasileira de Sinais - Libras	Não tem	Ob	72	60	4
Filosofia da Educação	Não tem	Ob	36	30	2
História Medieval	Não tem	Ob	72	60	4
Teoria e Metodologia de História	Não tem	Ob	72	60	4
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	18	15	1
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	72	60	4
Estágio Supervisionado	-	Ob	0	0	0
Total do período			450	375	25
Total acumulado			900	750	50

3º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
Antropologia	Não tem	Ob	36	30	2
Trabalho de Conclusão Curso I	Não tem	Ob	36	30	2
Educação Escolar: políticas, estrutura e organização	Não tem	Ob	72	60	4
História da América pré-colonial e colonial	Não tem	Ob	72	60	4
História do Brasil Colônia I	Não tem	Ob	72	60	4
Teoria, Métodos e Historiografia	Não tem	Ob	72	60	4
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	36	30	2
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	36	30	2
Estágio Supervisionado	-	Ob	0	0	0
Total do período			432	360	24
Total acumulado			1332	1110	74

4º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
História da Educação	Não tem	Ob	72	60	4
Historiografia Brasileira	Não tem	Ob	72	60	4
História do Brasil Colônia II	Não tem	Ob	72	60	4
Arquivos e Museus	Não tem	Ob	36	30	2
História Moderna I	Não tem	Ob	72	60	4
Educação para Relações Étnico Raciais	Não tem	Ob	36	30	2
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	36	30	2
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	90	75	5
Estágio Supervisionado	-	Ob	0	0	0
Total do período			486	405	27
Total acumulado			1818	1515	101

5º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
Disciplina eletiva	Não tem	El	72	60	4
Formação de Professor I	Não tem	Ob	72	60	4
Orientação de Estágio Supervisionado I	Não tem	Ob	36	30	2
História do Brasil Império	Não tem	Ob	36	30	2
História Moderna II	Não tem	Ob	72	60	4
História de Minas Gerais	Não tem	Ob	36	30	2
Historiografia Contemporânea	Não tem	Ob	36	30	2
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	36	30	2
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	36	30	2
Estágio Supervisionado	-	Ob	108	90	6
Total do período			540	450	30
Total acumulado			2358	1965	131

6º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
Disciplina optativa	Não tem	Op	72	60	4
Disciplina eletiva	Não tem	El	72	60	4
Formação de Professor II	Não tem	Ob	36	30	2
Orientação de Estágio Supervisionado II	Orientação de Estágio Supervisionado I	Ob	36	30	2
História Contemporânea I	Não tem	Ob	72	60	4
História Brasil República	Não tem	Ob	36	30	2
Educação para Direito Humanos, Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade	Não tem	Ob	36	30	2
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	36	30	2
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	72	60	4
Estágio Supervisionado	-	Ob	126	105	7
Total do período			594	495	33
Total acumulado			2952	2460	164

7º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
Disciplina optativa	Não tem	Op	36	30	2
Didática	Não tem	Ob	72	60	4
Orientação de Estágio Supervisionado III	Orientação de Estágio Supervisionado II	Ob	36	30	2
História da África	Não tem	Ob	36	30	2
História Contemporânea II	Não tem	Ob	72	60	4
História da América Contemporânea	Não tem	Ob	72	60	4
Iconografia e Artes do Ensino de História	Não tem	Ob	36	30	2
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	36	30	2
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	72	60	4
Estágio Supervisionado	-	Ob	126	105	7
Total do período			594	495	33
Total acumulado			3546	2955	197

8º PERÍODO

Disciplinas	Pré-requisito	Tipo	Carga Horária		Créditos
			Hora/Aula	Hora/Relógio	
Disciplina optativa	Não tem	Op	36	30	2
Metodologia do Ensino de História	Não tem	Ob	72	60	4
Orientação de Estágio Supervisionado IV	Orientação de Estágio Supervisionado III	Ob	36	30	2
Trabalho de Conclusão Curso II	Não tem	Ob	72	60	4
História do Brasil Contemporâneo	Não tem	Ob	72	60	4
História e Relações de Gênero	Não tem	Ob	72	60	4
Subtotal			360	300	20
Atividades Complementares	-	Ob	36	30	2
Prática de Formação Docente (*)	-	Ob	36	30	2
Estágio Supervisionado	-	Ob	126	105	7
Total do período			558	465	31
Total acumulado			4104	3420	228

(*) Atividades articuladas às disciplinas do período, conforme detalhado no Quadro nº. 6.

O ementário das disciplinas se encontra anexado a este Projeto (Anexos 1 e 2).

A carga horária total do curso é resumida no quadro abaixo:

Quadro 5
Detalhamento da Carga Horária Total

Componentes Curriculares	Carga Horária (Hora/Relógio)		Carga Horária (Hora/Aula)		Créditos	
	Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total
Conteúdos referentes às disciplinas dos Núcleos Formadores						
Núcleo de Estudos de Formação Geral	1170		1404		78	
Núcleo de Aprofundamento de Diversificação	630		756		42	
Núcleo de Estudos Integradores	360		432		24	
Disciplinas Optativas	120		144		8	
Disciplinas Eletivas	120		144		8	
Total disciplinas (Núcleos, Optativas e Eletivas)		2400		2880		160
Prática de Formação		405		486		27
Estágio Supervisionado		405		486		27
Atividades Complementares		210		252		14
Totais		3420		4104		228

6.6 A Prática de Formação Docente

A Prática de Formação Docente deve constituir-se em espaço de integração teórico-prática para professores e estudantes, uma vez que a relação não deve ser vista como tarefa de responsabilidade de apenas um professor, mas configurar-se como trabalho coletivo do curso, fruto de seu Projeto Pedagógico. Dessa forma, todos os professores serão responsáveis pela formação do Licenciado em História, da Unidade Carangola.

A Prática de Formação Docente vista como instrumento de integração do aluno com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso, deverá possibilitar a interlocução com os referenciais teóricos do currículo. Esta prática será acompanhada pelos professores e pela coordenação do curso até o término do curso, perfazendo um total de 405 horas, correspondentes a 27 créditos. Esse trabalho deve permitir a participação do aluno em projetos integrados, favorecendo a aproximação entre as ações propostas pelas disciplinas / áreas / atividades, de modo a favorecer o contato direto do estudante com o campo de trabalho futuro, possibilitando uma reflexão que articule as dimensões do estudo teórico, da transposição didática e a produção e difusão do conhecimento. Esta prática poderá ser realizada nas salas de aulas e no laboratório de informática bem como em escolas públicas conveniadas à UEMG. O Museu Municipal de Carangola também poderá ser um espaço de destaque para a prática de pesquisa e a compreensão do manuseio e estudo de fontes primárias.

A prática de formação, como instrumento de iniciação à pesquisa e ao ensino, na forma de articulação teoria-prática, considera que a formação profissional não deve se desvincular da pesquisa, uma vez que essa será entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do curso.

As atividades serão vinculadas e articuladas à disciplina a que a Prática de Formação está associada. Como pode ser observado algumas das disciplinas proposta para a Prática de Formação são disciplinas de cunho pedagógico e/ou com vieses de aplicação social, como Formação de Professor, Didática e Educação para as Relações Étnico raciais; há também aquelas diretamente ligadas à pesquisa como Patrimônio Histórico e Museu. Isso poderá propiciar um espaço de aplicação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a prática pedagógica, participação social e pesquisa. Novamente, como já nos referimos em outros momentos deste documento, tentamos conciliar as práticas de ensino pesquisa e extensão; tripé para a boa formação profissional docente.

Assim, o responsável em propor, acompanhar e discutir/avaliar as atividades será o próprio professor da disciplina.

As atividades propostas vão depender do objetivo a ser alcançado, tempo de aplicação e especificidades da disciplina, mas podemos elencar algumas que podem ser utilizadas em diversos momentos, como:

- Visita técnica a ambientes ligados à educação, independentes das atividades do Estágio, com objetivos específicos;
- Atividades com professores dos últimos anos do ensino fundamental, médio e de educação de jovens e adultos, com o objetivo de recolher informações sobre a prática em sala de aula;
- Visitas a instituições de apoio a crianças, adolescentes e idosos com o objetivo de conhecer melhor a realidade desses ambientes, bem como refletir sobre os problemas da sociedade;
- Pesquisas específicas e atividades extracurriculares para despertar o interesse do aluno em pesquisas;
- Proposição de mesas de discussão com o objetivo de discutir resultado de pesquisas realizadas;
- Exibição de filmes e/ou documentários sobre temas ligados à disciplina a posterior discussão ou produção de trabalho escrito sobre o filme;
- Visita ao Museu Municipal com o objetivo de conhecer o acervo, bem como refletir sobre a pesquisa documental;
- Visitas à templos religiosos, prédios e monumentos com o objetivo de aplicar conhecimentos nas áreas de história, iconografia e tradições locais e

- Atividades envolvendo outros cursos da Unidade.

As atividades listadas acima são apenas exemplos, uma vez que cada professor tem autonomia para propor e planejar a atividade que mais lhe convier no contexto de sua disciplina.

Os professores de diferentes disciplinas que estejam trabalhando com a Prática de Formação nas turmas que compõem o curso, também poderão planejar e desenvolver atividades que envolvam essas turmas, de forma a melhor articular a prática e discutir os resultados.

O objetivo da Prática de Formação é extrapolar o ambiente de sala de aula. Dessa forma as atividades propostas deverão ser realizadas pelos alunos fora dos horários normais de aula. A realização das atividades deverá ser planejada entre professores e alunos e fixada datas de entrega dos relatórios ou outros tipos de registro e acompanhamento. Os sábados letivos, assim, apresentam-se como o momento apropriado para a discussão dos resultados das tarefas propostas.

O registro e acompanhamento das atividades e de seus resultados serão apresentados, pelos alunos, na forma de relatórios individuais ou de trabalho de grupo, ao professor da disciplina, em formato digital, contendo respostas às questões propostas, resultados de pesquisas e/ou levantamento, transcrição de entrevistas, fotografias e qualquer outra maneira de registro da atividade.

Ao final do semestre, o professor responsável pela disciplina associada à Prática de Formação deverá reunir os relatórios confeccionados pelos alunos durante o semestre letivo, emitir seu parecer quanto aos objetivos propostos e resultados alcançados e encaminhar, também em formato digital, para a Coordenação do curso. A Coordenação por sua vez fará a análise final do material e procederá o seu arquivamento, sendo que o material estará à disposição de alunos e professores da Unidade para consulta e estudo.

Quadro 6
Detalhamento do Quadro de Prática de Formação Docente

Disciplina	Carga Horária			Créditos		
	Teórica	Prática	Total	Teórica	Prática	Total
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	30	30	60	2	2	4
Metodologia Científica	30	30	60	2	2	4
Linguagem Brasileira de Sinais - Libras	60	30	90	4	2	6
Educação Escolar: políticas, estrutura e organização	60	30	90	4	2	6
Formação de Professor I	60	30	90	4	2	6
Formação de Professor II	30	30	60	2	2	4

Educação para Direito Humanos, Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade	30	30	60	2	2	4
Didática	60	30	90	4	2	6
Iconografia e Artes do Ensino de História	30	30	60	2	2	4
Metodologia do Ensino de História	60	30	90	4	2	6
Patrimônio Histórico e Cultural	60	30	90	4	2	6
Arquivos e Museus	30	30	60	2	2	4
Educação para Relações Étnico Raciais	30	45	75	2	3	5
Totais da Prática de Formação Docente		405			27	

6.7 Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com a Resolução CNE nº 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação a continuada o Estágio Supervisionado obrigatório, terá a duração de 405 horas correspondentes a 27 créditos. Conta ainda com as disciplinas Orientação de Estágio I, II, III e IV perfazendo um total de 120 horas e 12 créditos.

O Estágio Supervisionado obrigatório constitui um momento fundamental da formação profissional do licenciando em História da UEMG, unidade Carangola. Deve ser desenvolvido em ambientes escolares e não escolares de trabalho, permitindo, assim, que os conhecimentos adquiridos na universidade sejam vivenciados na prática, em locais nos quais o licenciando trabalhará no futuro.

A prática de estágio coloca o/a graduando/a diante da realidade escolar e possibilita a vivência do que é proposto teoricamente nas disciplinas de formação Pedagógica, bem como a estruturação e o funcionamento de instituições de ensino e suas especificidades. Permite ao estudante conhecer o cotidiano de uma escola no que se referem às reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamentos pedagógicos e planos de intervenção pedagógicos relacionados à História, disciplina que será apto a lecionar.

Ademais, o Estágio Supervisionado do curso de História, quando vivenciado em ambientes não escolares, proporciona o contato com organização e funcionamento de arquivos e acervos de museus. Dessa maneira, o licenciando presencia, na prática, os conteúdos daquelas disciplinas voltadas para a organicidade de coleções e/ou documentos, que cursou durante sua formação.

Fávero (2001) considera a teoria e prática como um núcleo articulador no processo de formação e propõe a construção de um conhecimento dialético a partir do trabalho desenvolvido entre esses dois eixos de maneira integrada, indissociável e complementar. Para ela, ninguém

se tornará profissional apenas porque “sabe sobre” os problemas da profissão, por ter estudado algumas teorias a respeito. É comprometendo-se profundamente como construtor de uma práxis que o profissional se forma (FÁVERO, 1992, p. 65).

Assim, o estágio supervisionado do curso de História da UEMG, unidade Carangola, busca colocar os/as estudantes frente às diferentes situações de seu campo profissional. Viabiliza a articulação entre ensino e pesquisa, uma vez que instrumentaliza a relação dialética entre teoria e prática favorecendo ações reflexivas do processo educacional.

A Unidade Carangola, optou por criar uma Coordenação de Estágio abrigando o curso de História e as demais licenciaturas. As atividades de estágio serão realizadas em horário distinto do turno cursado pelo estudante. Em nosso ver a criação dessa Coordenação não impede que sejam oferecidas oportunidades de encontro entre o professor que irá conduzir o estágio nas turmas do curso de História.

Vemos este momento de encontro como uma oportunidade de discussão e troca de experiências e conhecimentos, o que poderá enriquecer a formação do graduando.

O quadro abaixo mostra o resumo das atividades do Estágio.

Quadro 7
Estágio Supervisionado Obrigatório

Disciplina	Estágio		Sala de aula	
	Hora/relógio	Créditos	Aulas (Hora/relógio)	Créditos
Orientação de Estágio Supervisionado I	90	6	30	2
Orientação de Estágio Supervisionado II	105	7	30	2
Orientação de Estágio Supervisionado III	105	7	30	2
Orientação de Estágio Supervisionado IV	105	7	30	2
Totais	405	27	120	8

As Diretrizes que nortearão o Estágio Supervisionado do curso de História estão disponíveis no Anexo 3.

6.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido mediante a concepção e execução de Projeto de Pesquisa que culmine na elaboração de um Artigo Científico que versará

sobre temas relacionados à História, bem com a aspectos do Ensino da História ou da História da Educação.

Para a formação dos graduandos, estima-se que a iniciação à pesquisa seja um componente essencial. Quanto a isso, a Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação define claramente os contornos do que deve ser privilegiado como atividade de pesquisa no âmbito de um curso de formação de professores. No item V do § 5º do Art. 2º, encontramos: “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. É dentro dessa ótica que concebemos o TCC: uma oportunidade para o aluno construir um estudo próprio, único, que será a finalização de seu processo de graduação.

O curso de História em sua atual estrutura curricular, apresenta uma grande preocupação com a produção acadêmica e o domínio da linguagem científica por parte do graduando. Foi inserida a disciplina Produção de Textual no 1º período letivo como intuito de que o estudante se aproprie dos conceitos linguísticos básicos para a redação de textos acadêmicos; no 2º período foi inserida a disciplina Metodologia Científica, visando à redação de trabalhos acadêmicos; no 3º período inseriu-se a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I com o objetivo de elaborar os projetos de pesquisas. Nesta disciplina, o aluno será orientado por professores do curso, cujo objetivo é a escrita de um Projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, tendo como tema os conteúdos da área de História. A partir do 4º período o aluno passará contar com a orientação de professores do curso para a elaboração de seu TCC. No 8º período será oferecida a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, a fim de auxiliar o aluno na conclusão de seu TCC.

As Diretrizes para Execução do TCC estão no Anexo 4 deste Projeto.

6.9 Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais (ou Atividades Complementares)

As atividades acadêmico-científicas e culturais complementares visam enriquecer e flexibilizar o currículo do curso. Serão garantidas através da oferta de estudos curriculares complementares oferecidos pelo Curso de História ou realizados fora da instituição.

Constam de estudos voltados para complementar e aprofundar a formação docente, sendo papel do Colegiado de curso, observando as áreas de ensino, estabelecer o calendário semestral de palestras, seminários, encontros, eventos científicos, monitorias e estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, cursos realizados em áreas afins, participação em eventos científicos no campo da atuação, cursos sequenciais correlatos à área,

entre outros, sempre na área de educação, destacando a colaboração dos profissionais do curso de História, demais cursos de licenciatura da instituição ou de fora da instituição, divulgando de maneira antecipada o dia, o horário, as inscrições e a coordenação dos trabalhos, totalizando 210 horas, correspondentes a 14 créditos, a serem cumpridas ao longo do curso.

No item 6.5 (Matriz Curricular do Curso) foram indicados (e computados) determinados números de horas e de créditos, por semestre. Esse computo é uma orientação para que o aluno possa ter um parâmetro mínimo de controle de sua performance. Dada a diversidade de possibilidades de atividades, mostradas no Quadro 8, fica praticamente impossível determinar um valor absoluto o qual o aluno deva cumprir por semestre. O somatório final, conforme registrado nos documentos que constam do Anexo 5, é que determinará o cumprimento da carga horária de 210 horas (14 créditos).

O quadro abaixo mostra as possibilidades de créditos para as Atividades Complementares.

Quadro 8
Cômputo dos créditos

Tipo de Atividade	Número de horas
Atuação em atividades de iniciação científica (Projetos de Pesquisa e Extensão)	60 horas por semestre. (Máximo de dois semestres)
Participação em eventos acadêmico-científicos	15 horas por participação. (Máximo de 60 horas)
Apresentação de trabalho em eventos acadêmico-científicos	05 horas por apresentação (Máximo de 15 horas)
Oficinas ou curso extracurriculares relacionados à área de formação	Máximo de 15 horas por atividade e de 60 horas para o total
Visitas a museus, feira de livros, exposições, teatros e outras atividades afins	Máximo de 45 horas, com apresentação de comprovante
Viagem (visita) didática, técnica e/ou científica coordenada por professor do curso	Máximo de 30 horas, com apresentação de relatório
Cursos extracurriculares de idioma estrangeiro, dança, ginástica, esporte e área afins	Máximo de 15 horas por semestre, com apresentação de comprovante. Máximo de dois semestres
Monitoria em disciplina da graduação	Máximo de 45 horas por semestre. Máximo de dois semestres
Monitoria em atividades de extensão	Máximo de 05 horas por atividade, validada pelo professor. Máximo de 6 monitorias
Participação em defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso	Uma hora para cada apresentação. Máximo de 15 horas
Estágio supervisionado não obrigatório	45 horas por ano. Máximo de 90 horas
Outras atividades	Definido pelo Colegiado do curso

A regulamentação para as atividades complementares pode ser encontrada no Anexo 5.

7 O COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA

O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e as normas da UEMG.

Segundo o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, artigo 52 o Colegiado de Curso é constituído:

- I – por representantes dos Departamentos que participam do curso;
- II – por representantes dos professores que atuam no curso, eleitos por seus pares; e
- III – por representantes dos estudantes matriculados no curso, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

Os representantes têm mandato de dois anos, permitindo o exercício de até dois mandatos consecutivos. O Colegiado é presidido pelo Coordenador e composto por três professores do curso, representantes dos Departamentos que cedem professores ao curso de História e dois representantes dos discentes do curso; bem como de seus respectivos suplentes.

De acordo com o referido Estatuto, artigo 59, incisos de I a VIII, compete ao Colegiado de Curso: orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso; elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisar e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação; fixar as diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos; elaborar a programação das atividades letivas, para apreciação dos Departamentos envolvidos; avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos; recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes; decidir as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar.

Segundo ainda o Estatuto, o Coordenador do Colegiado do Curso será eleito pelos pares, por um período de dois anos igualmente renováveis. O artigo 58 do Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, designa as principais competências do Coordenador do Colegiado: I presidir o Colegiado de curso; II fazer cumprir as deliberações do Colegiado de Curso; e III atender às demandas da administração superior no que diz respeito ao respectivo curso.

Entende-se, dessa forma, que o Coordenador do Colegiado do Curso, é o principal responsável pela manutenção, atualização e cumprimento dos objetivos propostos pelo curso.

8 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante estão previstas no Artigo 2º da Resolução CONAES, nº. 01, de 17 de julho de 2010, regulamentadas na Universidade do Estado de Minas Gerais através das Resoluções CEE nº 459, de 10 de dezembro de 2013 e COEPE/UEMG de 15 de fevereiro de 2016, assim descritas:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

O NDE é constituído pelo Coordenador do Colegiado do Curso, que o preside, e por quatro professores pertencente ao corpo docente do curso. É recomendado que pelo menos 60% dos membros tenham titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Essa constituição é legítima por apresentar condições de contribuir com zelo pela integração curricular interdisciplinar, indicação de áreas de atuação e cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

9 ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

A Unidade Carangola mantém um Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) responsável pela análise e aprovação de projetos relativos à Iniciação Científica e Cursos de Extensão promovidos por professores. Essas atividades de pesquisa e extensão vêm sendo bastante utilizadas pelos professores e os alunos têm cobrado a participação nessas atividades.

Podemos afirmar, também, que existe no curso uma clareza quanto à necessidade de que esta instituição de ensino ultrapasse seus muros e encontre a comunidade que a rodeia. Pesquisas de campo vêm tomando forma e professores têm apresentado ideias relativas à formação de Grupos de Estudos com vistas à integração da universidade com a população local, para mútuo crescimento. É notório que o aluno precisa saber desenvolver ações comunitárias competentes, fundamentadas em valores comprometidos com a reflexão com o conhecimento erudito e popular, com a valorização da sala de sala, da cultura e da arte local e regional.

Acreditamos que a formação acadêmica do Licenciado em História deve ocorrer de maneira integrada, considerando o conjunto das atividades de ensino como necessário para garantir a consolidação de um profissional completo, participativo, crítico e produtivo.

Necessário se faz ressaltar que o curso de História realiza com periodicidade anual, uma Semana Acadêmica ou o Simpósio, com palestras, mini-cursos e outras atividades culturais, que mobiliza não só os graduandos em História como egressos da instituição e a comunidade em geral. Há de se considerar, também, os eventos acadêmicos científicos que já fazem parte do calendário oficial da UEMG: Semana UEMG e Seminário de Pesquisa e Extensão.

10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

10.1 Avaliação do Curso e do Projeto Pedagógico

A avaliação das medidas propostas no Projeto Pedagógico do Curso de História está estritamente relacionada à concepção que compreende a Unidade Carangola, como um espaço social a serviço do desenvolvimento humano e do progresso da ciência.

A avaliação pretendida visa ao redirecionamento da política de desenvolvimento pedagógico do curso rumo à elevação da qualidade do ensino oferecido e do conhecimento produzido. Diferente da concepção que associa a avaliação a uma tentativa de controle e mensuração, a avaliação desse projeto pedagógico servirá como instrumento de reflexão das ações empreendidas. Toda a avaliação referente ao curso e ao projeto pedagógico será realizada com a participação efetiva do NDE.

10.2 Avaliação dos Docentes

No final de cada semestre letivo, os docentes responsáveis pelas disciplinas daquele período deverão ser avaliados através de instrumento específico, elaborado pela coordenação do curso e aprovado pelo NDE e, nos momentos coletivos de avaliação, tendo como parâmetros os princípios e objetivos descritos neste projeto pedagógico, as ementas propostas para cada disciplina e as atividades acadêmicas previstas no semestre.

Caso a Pró-reitoria de Ensino venha a estabelecer parâmetros para a avaliação docentes, estes serão seguidos pelo curso de História.

10.3 Avaliação dos Discentes

Para a avaliação da aprendizagem dos discentes, buscar-se-á, através do acompanhamento docente, das atividades individuais e em grupos dos alunos, valorizar a integração dos três núcleos de estudos, o desempenho das competências e das habilidades traçadas para o Curso de História, observando-se as especificidades e a globalidade dos conteúdos das disciplinas e as metodologias adotadas em sala de aula pelos professores.

Segundo o artigo 34 do Regimento da UEMG: “a avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno”. Portanto, o rendimento escolar do aluno, é verificado dentro de cada semestre letivo, levando-se em consideração a assiduidade e eficiência comprovadas nos estudos, sendo que, ambas, são eliminatórias.

No artigo 36 do referido Regimento: “a avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)” e no parágrafo único desse artigo é ressaltado que: “nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos”. Essas determinações são seguidas neste Projeto Pedagógico. Assim, ao final do Curso, o aluno deverá ter atingido os objetivos propostos por cada atividade curricular prevista.

Para ser aprovado nas disciplinas, no final do semestre letivo, o aluno deve alcançar nota igual ou superior a sessenta (60) pontos, obtidas através de atividades e provas escritas e frequência igual ou superior a 75% das aulas.

As provas realizadas para avaliação de conteúdos e habilidades devem ser associadas a outros procedimentos como observações, seminários, painéis, trabalhos individuais e em grupo. O professor tem autonomia na distribuição dos valores desses trabalhos, devendo, no entanto, o maior valor ser atribuído à prova escrita (não ultrapassando 40 pontos).

A avaliação é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados, considerando os objetivos propostos e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

No Anexo 6 pode ser encontrado o Regulamento para controle do rendimento escolar dos alunos dos cursos de licenciatura e bacharelado da UEMG - Unidade Carangola.

11 INFRAESTRURA

11.1 Salas de Aula

O curso possui cinco salas de aula que são amplas com área mínima de 50 m.², arejadas e bem iluminadas. São mobilhadas a fim de atender as demandas de docentes e discentes com quadros, mesa e cadeira do professor, mesas e cadeiras para os alunos e lixeira. Há tomadas para conexão de computadores e data shows. A limpeza é realizada diariamente com o propósito de manter a salubridade dos frequentadores.

11.2 Laboratórios

A Unidade Carangola conta, atualmente, com um Laboratório de Informática para atender à demanda de seus cursos. Esse laboratório fica aberto à comunidade acadêmica, com a presença de um técnico responsável, para que a comunidade possa realizar seus trabalhos de pesquisa.

Retroprojetores e projetores do tipo Data show constam, ainda, da lista de material didático da instituição.

Para as atividades interdisciplinares e interinstitucionais a Unidade Carangola conta a estrutura da Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais – UAITEC que possui duas salas de educação a distância com capacidade média de 25 alunos em cada uma, conectadas através de um avançado sistema de videoconferência, TVs de LED, além de lousa interativa digital com sistema multimídia. Essas salas podem ser utilizadas pelos cursos de graduação da Unidade quando agendadas previamente.

Foi solicitado, junto à Direção da Unidade a compra de computadores, impressoras, scanners de mão e máquina fotográfica, bem como a disponibilização de espaço para a montagem do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória. A criação desse Núcleo, com sua natureza multidisciplinar, tem como objetivo o estudo e a pesquisa numa vasta gama de temas, que incluem história (com ênfase na história local e regional), história oral, direitos humanos, comunicação, cultura, memória, relações internacionais, populações urbanas e rurais, jovens em situação de risco, terceira idade, bioética, políticas sociais, violência, gênero, entre outros.

12 ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A atualização/expansão do acervo e dos serviços da Biblioteca da Unidade Carangola coaduna-se às demandas manifestadas pela comunidade acadêmica e pelos usuários dos serviços.

O levantamento da demanda de acervo bibliográfico se faz anualmente, a partir dos planos de ensino elaborados pelos professores nos quais são identificados os títulos relacionados como bibliografia básica e complementar do Curso que já compõem o acervo bibliográfico da instituição e aqueles que precisam ser adquiridos.

A acervo atual (2016) da Biblioteca conta com 1.603 títulos com 2.961 exemplares de livros relacionados às disciplinas de História.

13 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001. Traça as Diretrizes Curriculares para o curso de História. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 13. Traça as Diretrizes Curriculares para o curso de História. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf>> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 1.363/2001. Complementa as Diretrizes Curriculares para o curso de História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Casa Civil. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2004. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2012. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE 2/2012, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso: 03 jun 2015
- _____. Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Resolução nº. 01, de 17 de julho de 2010. CONAES, 2010.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE 2/2012, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso: 03 jun 2015.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº. 2, de 1º de julho de 2015 e Parecer CNE/CP nº 1, de 09 de junho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://ced.ufsc.br/files/2015/07/RES-2-2015-CP-CNE-Diretrizes-Curriculares-Nacionais-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-inicial-em-n%C3%ADvel-superior.pdf>>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm> Acesso em 23 nov 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992.

FÁVERO, Osmar. A Educação nas constituintes Brasileiras 1823-1988. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades@. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=311330>> Acesso em 20 set 2016

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/MG 459/13. Consolida as Normas Relativas à Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cee.mg.gov.br/>> Acesso: 03 jun 2015.

_____. Secretaria de Educação. Currículo Básico Comum. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br>> Acesso: 03 jun 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

UEMG. Conselho Universitário. Decreto nº. 46.352. Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.uemg.br/estatuto.php>> Acesso: 03 jun 2015.

_____. Conselho Universitário. Regimento Geral. Disponível em: < Disponível em: <http://www.fespmg.edu.br/Content/downloads/institucional/Regimento_Geral_UEMG.pdf> Acesso: 03 jun 2015.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução COEPE/UEMG 132/13. Regulamenta a Implantação do Regime de Matrícula por Disciplina nos cursos de graduação da UEMG. Disponível em: <<http://www.uemg.br/arquivos/2013/pdf/Rcoepe132-13.pdf>> Acesso: 03 jun 2015.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução COEPE/UEMG 162/13. Institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Disponível em: <http://www.uemg.br/arquivos/2016/pdf/Rcoepe162_16.pdf> Acesso em 11 agos 2016.

14 ANEXOS

Anexo 1 – Ementário das disciplinas obrigatórias

Anexo 2 – Ementário das disciplinas optativas

Anexo 3 – Diretrizes para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado

Anexo 4 – Diretrizes para a execução do Trabalho de Conclusão de Curso

Anexo 5 – Regulamento de Atividades Acadêmico-científicas e Culturais

Anexo 6 – Regulamento para Controle de Rendimento Escolar dos alunos dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado da UEMG – Carangola

Anexo 01 – Ementário das Disciplinas Obrigatórias

Disciplina: Introdução aos Estudos Históricos				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudos dos conceitos fundamentais da História, problemas, métodos, abordagens e a questão do ensino e pesquisa. As bases fundamentais da história da disciplina. Especificidades do conhecimento histórico e do ofício do historiador. Fontes, objetos e métodos na História				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARDOSO, Ciro F e VAINFAS, R. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 2014.				
CARR, Edward. O que é História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.				
HOBSBAWM, Eric J. Sobre a História. São Paulo: Cia. das Letras, 1988				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BLOCH, Marc. Apologia a História. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.				
BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP/SP, 1992.				
CARDOSO, Ciro F e VAINFAS, R. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.				
CARDOSO, Ciro F. Uma Introdução à História. São Paulo: Brasiliense, 1999.				
CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.				

Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	30	Teórica	Prática	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Novas tecnologias da informação e comunicação aplicadas à Educação. A função dos recursos tecnológicos: editores de texto, planilhas e apresentações. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); programas educativos. As mudanças no ensino brasileiro devido à presença da tecnologia da informação. Produção de material didático.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>POLATTO, A. Tecnologias conteúdos e oportunidades de ensino. Nova Escola. São Paulo, ano 24, nº 223, p.50-38, junho, 2009.</p> <p>LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na área da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.</p> <p>LITWIN, Edith (org.). Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas. Porto Alegre. Artes médicas, 1997.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>PIMENTEL, Carmem. Comunicação e Educação em Rede: blogs na escola. Disponível em: TV Brasil.</p> <p>ALMEIDA, M. E. B. Educação, projetos, tecnologia e conhecimento. São Paulo: PROEM, 2002.</p> <p>ALENTE, J. A. (Org.). Computadores na Sociedade do Conhecimento. Campinas: Nied – Unicamp, 1999.</p> <p>KENSKI, V. M. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância. 2. Edição. São Paulo: Papyrus, 2003.</p>				

Disciplina: Sociologia da Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Introdução à análise sociológica do fenômeno educacional. Pensamento Sociológico Clássico e Educação. Teorias sociológicas da educação. Educação, cultura e sociedade. Educação e desigualdades sociais. Educação, direitos sociais e diversidade. Processos educativos e processos sociais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FORQUIN, J-C. Sociologia da Educação. Petrópolis, Vozes, 1995 SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria C. Brant e FLEURY, Sônia M. Teixeira. Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 2012 VIANA, Nildo. Introdução à Sociologia. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
MANACORDA, M. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo, Cortez, 1991 MARTINS, José de S; FORACCHI, Marialice. M. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1998 NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. 8.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1998 PUCCI, Bruno(Org.). Teoria critica e educação: a questão da formação cultural na escola de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1995. ROSSI, W. Capitalismo e Educação. São Paulo, Cortez, 1978 TEDESCO, J. C. Sociologia da Educação. São Paulo, Autores Associados, 1995				

Disciplina: Produção de Textual				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Conceitos linguísticos básicos. Aspectos da linguagem verbal e não verbal. Fala e escrita: duas modalidades em um <i>continuum</i>. Sistematização de estruturas linguísticas e desenvolvimento de práticas discursivas e textuais diversas. Fatores da textualidade. Coerência e coesão textuais. A teoria dos gêneros textuais. Pontos gramaticais fundamentais em consonância com os preceitos da norma culta e o ensino de texto no Ensino Básico.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ABREU, A. S. Curso de redação. 12 ed. São Paulo: Ática, 2004 CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática: texto, reflexão e uso. 3. Ed. São Paulo: Atual, 2008. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de Leitura e Produção de Texto. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de Texto. São Paulo: Editora Vozes, 2014. MARCUSCHI, L. A. Leitura e Produção de Texto, análise de gênero e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1990 TRAVAGLIA, L. C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Ática, 1997.</p>				

Disciplina: História Antiga				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudo das principais características políticas, sociais, culturais e econômicas da Antiguidade. Sociedades primitivas. Crescente fértil: Mesopotâmia e Egito. O mundo clássico: Grécia e Roma na Antiguidade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARDOSO, Ciro Flamarion. Antiguidade Oriental. 2ª Ed. SP: Ed. Contexto, 1997. CHILDE, Gordon. Evolução cultural do Homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. FLORENZANO, Maria Beatriz B. O mundo antigo: economia e sociedade. SP: Brasiliense, 1994				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. 3ª Ed. SP: ed. Ed. Brasiliense, 1991. CARDOSO, Ciro Flamarion. A cidade-Estado Antiga. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1990. CARDOSO, Ciro, Flamarion. Sociedades do Antigo Oriente. São Paulo: Ed. Ática, 1991. FINLEY, Moses I. Uso e abuso da História. São Paulo: Martins Fontes, 1989. VERNANT, Jean-Pierre. Origens do pensamento grego. Lisboa: Teorema, 1987.				

Disciplina: Patrimônio Histórico e Cultural				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	00	Teórica	Prática	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
O conceito de patrimônio em sua trajetória histórico-temporal; discussão de temas relativos ao saber histórico sobre a relação entre <i>memória</i> , <i>testemunho</i> , <i>patrimônio</i> , abordados segundo uma perspectiva historiográfica e estudados em suas relações com a escrita da história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs). <i>Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos</i> . Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.				
CHOAY, Françoise. <i>A alegoria do patrimônio</i> . São Paulo: Editora Unesp, 2006.				
RICOUER, Paul. <i>A memória, a história, o esquecimento</i> . Campinas: Editora da Unicamp, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CASTRO, Sonia Rabelo de. <i>O estado na preservação de bens culturais</i> . Rio de Janeiro: Livraria e Editora Renovar, 1991.				
CURY, Isabelle. (org.). <i>Cartas Patrimoniais</i> . Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.				
FONSECA, Maria Cecília Londres. <i>O patrimônio em processo</i> . Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.				
LEMOS, Carlos A. C. <i>O que é patrimônio histórico</i> . Coleção Primeiros Passos, V. 51. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.				

Disciplina: Metodologia Científica				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	30	Teórica	Prática	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A construção do saber científico. Os paradigmas de pesquisa. O processo da pesquisa e seu significado. A ética na pesquisa e trabalho científico. Técnicas e dinâmicas de estudo. Pesquisa bibliográfica e sua sistematização em fichas, resumos e resenhas. O Seminário de Pesquisa. As normas da ABNT na formulação e formatação de trabalhos acadêmico-científicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDRADE, M.M. de. Como preparar trabalhos para curso de pós-graduação: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.				
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Normatização de documentos no Brasil. PNB. 6. Rio de Janeiro: IBBD, 2003.				
LAKATOS, E.M; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, Editora Vozes, 20a ed. Atualizada, 2002.				
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, Cortez, 22a ed. revista e ampliada, 2002.				
VIEGAS, Waldyr. Fundamentos lógicos da metodologia científica. Brasília, Editora UNB, 3a ed. Revista, 2007.				

Disciplina: Psicologia da Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>A história da psicologia, seus objetos e seus métodos de estudo e de aplicação. Principais concepções da psicologia e a relação com o processo de ensino e de aprendizagem. Processo psicológico de desenvolvimento e aprendizagem e suas inter-relações com as dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas. O desenvolvimento humano e as características individuais no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Contribuições da Epistemologia de Jean Piaget, do sócio-interacionismo de Lev Semenovitch Vygotsky e da psicologia de Henri Wallon para a educação.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993. PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1999. LA TAILLE, Yves de et al. Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo, Summus, 1992.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993. PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1999. LA TAILLE, Yves de et al. Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo, Summus, 1992.</p>				

Disciplina: Linguagem Brasileira de Sinais - Libras				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	60	Teórica	Prática	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Conceitos Básicos sobre surdez e o indivíduo surdo: identidade, cultura, educação e políticas públicas. Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas gramaticais e funções comunicativas elementares. Modos de recepção e expressão do surdo no cotidiano.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras). Volumes 1 e 2. 2. ed. Ver. e ampl. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: INEP: CNPq: Capes: Obeduc, 2012.</p> <p>FELIPE, Tânia. Libras em contexto: Curso Básico. Walprint gráfica e editora RJ, 2007.</p> <p>GESSER, Audrei. LIBRAS? : Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>FERNANDES, Eulália (org.) Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Mediação 2005.</p> <p>SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESVELI, Z. M. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.</p> <p>QUADROS, Ronice, Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua Brasileira de sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>GOLDFELD, M. A criança Surda. São Paulo: Pexes, 1997.</p>				

Disciplina: Filosofia da Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Filosofia e educação. Educação e política. Filosofia da educação. As concepções de Educação. Os novos pensadores em educação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ARANHA, Maria Lucia. Temas de filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>BRANDÃO, Z. (Org). A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo; Cortez. 2000.</p> <p>SILVA, Divino José; PAGNI, Pedro Angelo (Org). Introdução a filosofia da educação: temas contemporâneos da história. São Paulo: Avercamp, 2007. 320p</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>LIPMAN, M. Filosofia na sala de aula. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Introdução a filosofia: aprendendo a pensar. Colaboração de Elizete Silva Passos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários á educação do futuro. São Paulo. Cortez. 2001</p> <p>PAGNI, Pedro Ângelo; SILVA, Divino José da (Org). Introdução á filosofia da educação: temas contemporâneos e história. São Paulo. Avercamp. 2007.</p> <p>SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas. São Paulo: Centauro, 2002</p>				

Disciplina: História Medieval				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Instituições políticas, sociais, econômicas e manifestações culturais da Idade Média ocidental e oriental. Evolução política, econômica, moral e religiosa dos povos do ocidente e do oriente. Sociedade feudal, as instituições da Igreja e a formação dos estados modernos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, P. Passagens da Antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987. DUBY, Georges. Idade Média. Idade dos Homens. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. Bauru, SP: Edusc, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BARROS, José D'Assunção. Papado e Império na Idade Média: dois projetos em conflito. In.: Papas, imperadores e hereges. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa Edições 70, 1980. ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1993. FEBVRE, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. SP: EDUSC, 2004 FRANCO JR., Hilário. A Idade Média. O Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.				

Disciplina: Teoria e Metodologia de História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Avaliação da construção do conhecimento histórico no que tange as diferenças entre senso comum e o plano acadêmico. Estudo do pensamento histórico e de linhas historiográficas entre os séculos XVIII e XX. Apontamentos acerca da metodologia da pesquisa acadêmica e seus principais campos referentes à História.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARDOSO, Ciro F. Uma Introdução à História. São Paulo: Brasiliense, 1999. CARR, Edward. Que é História? 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. BARROS, José D'Assunção de. O Tempo dos Historiadores. Petrópolis: Vozes, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro, Zahar, 2002. CARDOSO, Ciro F. e VAIFAS, R (Org). Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 2000. DOSSE, François. A História em Migalhas: dos Annales à Nova História. São Paulo: EDUSC, 2003.				

Disciplina: Antropologia				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A Antropologia como ciência das experiências humanas; as relações entre História e Antropologia; o conceito de cultura e suas metamorfoses no tempo. Cultura, sociedade, direitos humanos e alteridade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GOMES, Nilma Lino, SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs). Antropologia e História: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: MG: Ed. Autêntica, 2000.				
LIMA, Roberto Kant. Antropologia e Ciências Humanas (03 volumes). Rio de Janeiro: Eduff, 2003.				
SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 16° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, o Brasil? 2ª ed. RJ: Rocco, 1986.				
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.				
GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.				
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.				
RADCLIFFE-BROW, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.				
TYLOR, E. Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.				

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
2	30		Teórica	Prática
			30	0
			Total	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Elaboração da pesquisa monográfica por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas à aprendizagem de métodos científicos de pesquisa, tais como levantamento bibliográfico, leituras, fichamentos, apresentações de seminários e coletas de fontes. Configuração do projeto de pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Guia do trabalho científico. Do projeto à redação final. São Paulo: Editora Contexto, 2015. KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 237 p.				

Disciplina: Educação Escolar: políticas, estrutura e organização				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A educação no contexto das transformações da sociedade. Perspectivas contemporâneas em torno das relações entre Estado, Educação e Sociedade. Políticas educacionais no Brasil e seus condicionantes políticos, econômicos, sociais e culturais. Estrutura e funcionamento da Educação Básica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DOURADO, Luiz Fernandes e Vitor Henrique Paro (Orgs.). Políticas públicas e educação básica. 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.				
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Adriana Maria Cancelli (Orgs.). Políticas públicas e Educação: regulação e conhecimento. 1. ed. Belo Horizonte: Fino traço Editora, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições. 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.				
SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.				
SAVIANI, Dermeval. Educação Brasileira: estrutura e sistema. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.				

Disciplina: História da América pré-colonial e colonial				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
4	60		Teórica	Prática
			60	0
Pré-requisito:			<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
EMENTA				
Avaliação da dinâmica interna das sociedades pré-colombianas. Discussão sobre o impacto da chegada dos europeus referente ao projeto de colonização na América Hispânica. Compreensão das características da colonização espanhola no que tange às questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Debate acerca da origem do processo de independência nas colônias hispano-americanas, avaliando os fatores internos e externos. Análise referente aos grupos sociais norte-americanos no contexto pré-colonial e suas respectivas características internas. Avaliação dos processos coloniais liderados pela Inglaterra frente às treze colônias				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARDOSO, Ciro Flamarion. A América pré-colombiana. São Paulo: Brasiliense, 2004. BETHELL, Leslie (org.). América Latina Colonial. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2008. KARNAL, Leandro. Estados Unidos: a formação da nação. São Paulo: Contexto, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BETHELL, Leslie (org.). América Latina Colonial. Vol. 2. São Paulo: Edusp, 1999. RESTALL, Mathew. Sete mitos da colonização espanhola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. SCHWARTZ, Stuart. B. LOCKHART, James. A América Latina Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do ouro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.				

Disciplina: História do Brasil Colônia I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Formação do Império marítimo português O descobrimento e o início da administração. Economia: a cana de açúcar. União Ibérica e a Restauração portuguesa. Sociedade escravista. O início da formação da elite colonial. Os tratados de limites. Brasil e África no contexto do Império português.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.				
BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969s Letras, 2002.				
SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKART, James. A América Latina colonial. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial. Vols. I e II , SPEDUSP, 1997/98.				
FAORO, Raimundo. Os donos do poder. São Paulo: Globo, 2004				
FRAGOSO, João et. al. O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.				
NOVAIS, F. A. e SOUZA, L. de M. (Orgs.). História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.				
SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.				

Disciplina: Teoria, Métodos e Historiografia				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
O surgimento das diversas correntes teórico-metodológicas entre os séculos XIX e XX, com ênfase no Marxismo, escola dos Annales e na Nova História. Debate em relação aos novos paradigmas acerca do discurso histórico, surgido a partir da segunda metade do século XX. Avaliação de novos instrumentos metodológicos e os recentes desafios da História enquanto área do conhecimento.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à nova história. São Paulo: Ensaio, Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.				
CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (org). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.				
CARDOSO, Ciro F. e VAIFAS, R (org). Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 2011.				
KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.				
LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Unicamp, 1996.				

Disciplina: História da Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do professor. Teorias e práticas educacionais: contexto e historização. Evolução da prática do ensino a partir da Reforma Pombalina (1759) aos dias atuais. Educação e contextos políticos: a formação do professor Pensamento pedagógico brasileiro e a Escola Nova. Movimento da Escola Nova. História, cultura e educação na América Latina nas décadas finais do século XX. Educação no Brasil após 1964. Perspectivas de mudanças				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FÁVERO, Osmar. A Educação nas constituintes Brasileiras 1823-1988. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.				
MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1995.				
SPEDO, H. M. L. História da Educação no Brasil e Leituras. São Paulo: Thomson, 2003.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
TEIXEIRA, M. (Org.). Movimento dos Pioneiros da Educação. São Paulo: FGV, 2004.				
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1997.				
RIBEIRO, M. L. S. História da Educação Brasileira e Organização Escolar. 14. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.				

Disciplina: Historiografia Brasileira				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Caminhos da historiografia brasileira. O Positivismo e a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O marxismo e os historiadores brasileiros. O político como campo de investigação da realidade brasileira. A história cultural e a variedade de abordagens nos estudos sobre o Brasil. Tendências e temáticas da historiografia brasileira contemporânea.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FREITAS, Marcos Cezar de (Org). Historiografia brasileira em perspectiva São Paulo: Contexto, 2007.				
MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosangela (Org.) Histórias & historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação. Uberlândia: EDUFU, 2003.				
NEVES, Lúcia M. B. Pereira et al. (Org). Estudos da Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo : Cia. das Letras, 2001.				
IGLÉSIAS, Francisco. Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.				
REIS, José Carlos. Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC, Rio de Janeiro: FGV, 1999.				
VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato : uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo : HUCITEC, 1997.				

Disciplina: História do Brasil Colônia II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A descoberta do ouro. Modificações no panorama econômico, político e social. A formação do mercado interno. Choque de interesses coloniais e metropolitanos. Sociedade escravista e resistência escrava. A crise do sistema colonial. Corte portuguesa no Brasil.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. F. (Coords.) Brasil Colonial. (3 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.				
FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.				
MOTTA, Carlos Guilherme (Org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (02 vols). São Paulo: Ed. SENAC, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CALDEIRA, Jorge. A nação mercantilista. Ensaios sobre o Brasil. SP: Ed. 34, 1999				
FURTADO, Júnia F. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001				
FLORENTINO, Manolo Garcia. Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.				
NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. São Paulo: Hucitec, 1983				
SCHWART, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001.				

Disciplina: Arquivos e Museus				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Arquivologia e História. Administração e gestão de documentos. Museus: trajetória histórica. Concepção de história presente nos discursos museográficos. Utilização dos arquivos e museus na pesquisa e no ensino de história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes, tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.				
CASTRO, Celso. Pesquisando em arquivos. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.				
PAES, Marilena Leite. Arquivo, teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
COMISSÃO do Patrimônio Cultural/ USP. Guia de museus brasileiros. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2000				
BITTENCOURT, José Neves et al. História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.				
SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2005.				
SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.				

Disciplina: História Moderna I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Avaliação das questões referentes ao processo de transição do mundo Medieval para o Moderno. Debate dos principais marcos teóricos do período renascentista europeu. Análise das questões pertinentes ao processo da Inquisição, Reforma e Contra Reforma. Discussão acerca dos conflitos que se referem ao Antigo Regime.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BURKE, P. O Renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.				
GINZBURG, Carlo: O queijo e os Vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1993.				
MARTINA, Giacomo. História da Igreja: de Lutero aos nossos dias. Volume 1. São Paulo: Loyola, 1995.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
MARTINA, Giacomo. História da Igreja: de Lutero aos nossos dias. Volume 2. São Paulo: Loyola, 1996.				
_____. História da Igreja: de Lutero aos nossos dias. Volume 3. São Paulo: Loyola, 1997.				
SEVCENKO, N. O Renascimento. São Paulo: Atual, 1999.				

Disciplina: Educação para as Relações Étnico Raciais				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
5	75	Teórica	Prática	Total
		30	45	75
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Lei 10.639/03. Legislações educacionais e ações afirmativas. Reprodução de estereótipos, preconceitos e ressignificação cultural. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Cultura africana e afro-brasileira e identidade. Culturas híbridas e plurais no cotidiano escolar. Multiculturalismo e diversidade cultural.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC-SEPIR, 2004				
NASCIMENTO, Elisa Larkin. A matriz africana do mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008 - Coleção Sankofa.				
GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: Ministério da Educação. Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
NASCIMENTO, Elisa Larkin. Cultura em movimento. São Paulo: Selo Negro, 2008 - Coleção Sankofa.				
_____. Guerreiras da natureza. São Paulo: Selo Negro, 2008 - Coleção Sankofa.				
_____. Afrocentricidade. São Paulo: Selo Negro, 2009 - Coleção Sankofa.				
ABROMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVERIO, Valter Roberto (Org.). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.				

Disciplina: Formação de Professor I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A natureza da profissão docente. O processo histórico de delimitação dos saberes docentes. A profissionalização enquanto competência e reconhecimento social. Profissão Docente e relações de gênero. O desenvolvimento pessoal e profissional do professor reflexivo. As instituições e práticas de formação docente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre. São Paulo: Vozes, 2005. BRZEZINSKI, Profissão Professores: identidade e profissionalização docente. Brasília: Ed. Plano, 2002. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. PIMENTA, Selma G. (coord.) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2007.. RAMALHO, Betânia L.; NUÑEZ, Isauro B.; GAUTHIER, Clemont. Formar o Professor e Profissionalizar o Ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Ed. Salinas, 2004. TARDIF, Maurice; LEWSSARD, Claude. O Trabalho Docente. São Paulo: Vozes, 2005. _____. Saberes Docentes e Formação profissional. São Paulo: vozes, 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
PERRENOUD, Philipe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000 PIMENTA, Selma G. (coord.) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2007.. RAMALHO, Betânia L.; NUÑEZ, Isauro B.; GAUTHIER, Clemont. Formar o Professor e Profissionalizar o Ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Ed. Salinas, 2004. TARDIF, Maurice; LEWSSARD, Claude. O Trabalho Docente. São Paulo: Vozes, 2005. _____. Saberes Docentes e Formação profissional. São Paulo: vozes, 2002.				

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Nesta disciplina o aluno irá desenvolver habilidades para elaborar de planos de aulas, planejamento anual da disciplina e preenchimento de diários de classes, para os ensinos fundamental e médio. Serão discutidas ações no que se refere ao uso do Conteúdo Básico Comum (CBC) e do livro didático.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.				
FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2003.				
KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos e propostas. São Paulo: Contexto.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Normatização de documentos no Brasil. PNB. 6. Rio de Janeiro: IBBD, 2003.				
LAKATOS, E.M; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.				

Disciplina: História do Brasil Império				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A construção da trajetória política da classe senhorial no processo de formação da Nação brasileira. A construção do Estado nacional. A escravidão como sustentação da elite tradicional e da monarquia. A transformações sociais. O movimento republicano, as crises e a queda da Monarquia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia M. B. P. (Org) Repensado o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.				
JANCSÓ, István. Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí-Fapesp, 2003.				
MATTOS, Ilmar R. O tempo de saquarema: a formação do Estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem. O teatro das sombras. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996				
CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990				
CHIAVENATTO, Júlio José. Genocídio americano: guerra do Paraguai. São Paulo: Moderna, 1998.				
COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo: Unesp, 1998.				
NEVES, Lúcia M. B. Pereira. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência. Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2003.				

Disciplina: História Moderna II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Debate historiográfico acerca das transformações referentes aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais ocorridas na Europa, no recorte referente ao período final do Absolutismo. Análise dos processos referentes ao Mercantilismo, Iluminismo e Despotismo Esclarecido. Discussão referente à onda revolucionária que marca o fim do período moderno.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FALCON, Francisco e RODRIGUES, Antonio Edmilson. A formação do mundo moderno: a construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2000. CAVALCANTE, Berenice. A Revolução Francesa e a Modernidade. São Paulo: Contexto, 1999.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BURCKHARDT, Jacob. A Civilização do Renascimento Italiano. Lisboa: Ed. Presença, 1983 BURKE, Peter. O Renascimento. Lisboa. Edições Texto & Grafia. 2008. GINZBURG, Carlo : O queijo e os Vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1993. SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.</p>				

Disciplina: História de Minas Gerais				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Análise da economia escravista setecentista e oitocentista. A descoberta do ouro, a mineração e outras atividades econômicas. O processo de montagem do aparato político-administrativo metropolitano na capitania. Conflitos sociais, motins e inconfidências. Urbanização, sociedade, cultura e religião. A 'ideologia' da mineiridade e seus desdobramentos políticos e sociais. A república em Minas, o sistema oligárquico, o capital estrangeiro e o processo de industrialização.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. FURTADO, João Pinto. O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (p. 11-75). SOUZA, Laura de Mello e. Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARRUDA, Maria A. do Nascimento. Mitologia da Mineiridade. São Paulo: Brasiliense, 1990. FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. COMERFORD, John Cunha (Org.). Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. 1. ed. - Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015. MAXWELL, K. A devassa da devassa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. VERGUEIRO, Laura. Opulência e miséria das Minas Gerais. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.				

Disciplina: Historiografia Contemporânea				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Discussão da historiografia desde a década de 1970, enfatizando a culturalização do campo historiográfico e a crise da chamada “História Ciência Social”.</p> <p>Implicações teóricas de alguns caminhos do pensamento historiográfico das últimas décadas do século XX .</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.</p> <p>LIMA FILHO, Henrique Espada. A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.</p> <p>MALERBA, Jurandir (Org.). A história escrita. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BURKE, Peter. (Org). A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p 41-63.</p> <p>GINZBURG, Carlo. Relações de força: história, retórica, prova. SP: Cia das Letras, 2002.</p> <p>HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça. São Paulo: Companhia das Letras, 1987</p> <p>MATOS, Olgária C.F. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993</p>				

Disciplina: Formação do Professor II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	30	Teórica	Prática	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Tendências na formação de professores e suas implicações nas dimensões teórica e prática no campo da formação e do exercício profissional; perspectivas de formação e de desenvolvimento profissional docente no quadro das políticas educacionais; formação inicial e continuada de professores; o professor reflexivo; saberes da docência. Educação e direitos humanos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MARTINS, Lígia Márcia (Org.); DUARTE, Newton (Org.). Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191p. GATTI, Bernadete Angelina (Org.); SILVA JÚNIOR, Celestino Alves (Org.); NICOLETTI, Maria da Graça (Org.); PAGOTTO, Maria Dalva Silva (Org.). Por uma política nacional de formação de professores. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 232p. SCHILLING, Flávia. Educação e Direitos Humanos – percepção sobre a escola justa. São Paulo: Cortez, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso (Org.). O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos professores. 12. ed. Campinas: Papirus, 2014. 144p. IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.128p. LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e nova profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 102p. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 301p.				

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Estudo das realidades escolares e elaboração de projetos didáticos capazes de desenvolver habilidades e competências relacionadas ao raciocínio Histórico, no âmbito do ensino fundamental. Analisar currículos, programas, material didático, práticas escolares e representações e ações do corpo docente no processo educativo brasileiro. Planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de ações de ensino formal junto a escolas de níveis fundamental. Aulas teóricas e práticas.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. Campinas: Papyrus, 1993. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2009. PINSKI, Jaime. O ensino de História e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1988.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Normatização de documentos no Brasil. PNB. 6. Rio de Janeiro: IBBD, 2003. LAKATOS, E.M; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.</p>				

Disciplina: História Contemporânea I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Avaliação do processo de consolidação da sociedade contemporânea, com ênfase nos aspectos industriais e capitais. Análise da construção da ordem burguesa e da solidificação de novas dinâmicas sociais durante o século XIX.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CHARTIER, Roger. As origens culturais da Revolução Francesa. São Paulo: UNESP, 2009.				
HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.				
_____. Nações e Nacionalismo desde 1745. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FALCON, Francisco José Calazans & MOURA, Gerson. A formação do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.				
TOQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução. Distrito Federal: Unb, 2002.				
HOBSBAWM, Eric. Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Cia das Letras, 1996.				

Disciplina: História do Brasil República				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Análise dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais do Brasil na implantação da Primeira República brasileira. Estudo do liberalismo oligárquico (1898 a 1930), da Era Vargas (1930 a 1945) e do período democrático (1945 a 1964). Análise da construção teórica da República do Brasil.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
Carvalho, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. _____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ferreira, Jorge e delgado, Lucília Almeida Neves (orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil, São Paulo: Cia das Letras, 2011. SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930, São Paulo: Cia. das Letras, 1993. SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. V. 3. SP: Cia. Letras. 1997 VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite” Belo Horizonte: C/Arte, 2001.				

Disciplina: Educação para direitos humanos, sociedade, meio ambiente e sustentabilidade				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
O processo de constituição dos Direitos Humanos e estes como projeto de sociedade e de meio ambiente sustentável. A cultura e sua relação com o meio ambiente. A temporalidade e suas relações com desenvolvimento da sociedade As ideias de modernidade, globalização, pós-modernidade e a problemática da identidade. Os impactos sócioambientais do desenvolvimento.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANASTÁCIO FILHO, Sérgio et al. Educação ambiental consciente. 2. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2008.				
BELLEN, H.M. V. Indicadores de Sustentabilidade: uma Análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2006.				
CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
AMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.P.R. & OLIVEIRA, J.A.P. Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio 92. 2. ed. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2004.				
ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.				
BARCELOS V.; ZAKRZEVSKIS B.(Org). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2002.				
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Nosso Futuro Comum/ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.				
PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos; Rio de Janeiro: Pallas, 2012				

Disciplina: Didática				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Educação escolar, Pedagogia e didática. Pressupostos teóricos, históricos, sociais e políticos da didática e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Planejamento e avaliação educacional. A relação professor-aluno. Universidade, ensino básico e direitos humanos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CANDAUI, Vera Maria Ferrão. Didática Crítica Intercultural: aproximações. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.				
GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia histórico-crítica. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.				
SILVA, Aínda Maria Monteiro. Educação superior: espaço de formação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007..				
LIBÂNIO, José Carlos. ALVES, Nilda. (Org.). Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
LIBÂNIO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.				
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político - pedagógico da escola: uma construção possível. 23ed. Campinas - SP: Papyrus, 2007..				

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado III				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Desenvolver habilidades de profissional do ensino de História para atuar no ensino básico, por intermédio de estudos que estabeleçam relações entre os fundamentos da produção historiográfica e os da história ensinada. Desenvolvimento e acompanhamento de ações de ensino formal junto a escolas de níveis fundamental. Aulas teóricas e práticas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ABREU, Martha; SOIETH, Rachel. Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2003.				
GADOTTI, Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.				
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Normatização de documentos no Brasil. PNB. 6. Rio de Janeiro: IBBD, 2003.				
LAKATOS, E.M; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.				

Disciplina: História da África				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A África como objeto de estudo. O continente, sua geografia e os tempos remotos. Política, religião e economia: a África saariana e a expansão do Islã; a floresta e as formações sociais da África Subsaariana. Escravidão. Comércio trans/intercontinental: homens e mercadorias. O fim do tráfico de escravos. O contexto africano no século XIX. Ocupação europeia e resistência. Os diferentes colonialismos. Ideologias anticoloniais: pan-africanismo e negritude. Os nacionalismos africanos e a descolonização. As independências. A África atual.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
KI-ZERBO, Joseph – História da África negra I. Publicações Europa-América, s/d. HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. M'BOKOLO, Elikia. África Negra. História e civilizações. Tomo 1. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC-SEPIR, 2004 COSTA e SILVA, Alberto. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. _____. A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.				

Disciplina: História Contemporânea II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Caracterização do processo de consolidação das sociedades contemporâneas, no que tange aos aspectos liberais e pós-industriais. Os diversos conflitos e rupturas: o Imperialismo do entre os séculos XIX e XX, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o Nazismo/Fascismo e a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Estudo das sociedades contemporâneas do século XX/XXI.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
HOBSBAWM, Eric. A era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.				
_____. Era dos Extremos – o breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.				
REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.				
HOBSBAWM, Eric. Tempos Interessantes – uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.				
LENHARO, Alcir. Nazismo: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 2002.				

Disciplina: História da América Contemporânea				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	0
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Análise acerca da emancipação das colônias hispano-americanas junto ao processo de formação de suas nações. Problematização acerca das generalidades e particularidades dos diversos espaços que compõem o novo território Latino Americano, entre o marco da independência até o século XX. Avaliação do processo de construção e consolidação dos Estados Unidos da América no que diz respeito aos fatores internos e externos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PRADO, Maria Lígia. A formação das nações latino-americanas. São Paulo: Atual, 2009. BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina. Da independência até 1870. Vol. 3. São Paulo: Edusp, 2001. KARNAL, Leandro. Estados Unidos: a formação da nação. São Paulo: Contexto, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. DONGHI, Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. WILLIAMS, E. Capitalismo e Escravidão. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.				

Disciplina: Iconografia e artes no ensino da História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A definição e as abordagens históricas da arte; as formulações teóricas, a periodização e os ciclos históricos; a especificidade da arte e a cultura artística; a estética no pensamento moderno; o uso da imagem no ensino de história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Florianópolis: Edusc, 2004. DEMPSEY, Amy. Estilos, escolas e movimentos. Cosac e Naify. 2011. LITTLE, Stephen. Para entender a arte. São Paulo: Globo, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BURUCÚA, José Emilio. História, arte, cultura. De Aby Warburg a Carlo Ginzburg. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003 JANSON, H.W; JANSON, Anthony. Iniciação à História da Arte. 3ª edição. Editora WMF Martins Fontes. 2009. YATES, Frances. A arte da memória. Campinas: Editora Unicamp, 2007.				

Disciplina: Metodologia do Ensino de História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Diferentes enfoques da História e suas implicações no processo educativo. Análise da situação do ensino de História na realidade educacional brasileira. Alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de História.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITTENCOURT, Circe M. F. O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998. FONSECA, Selva G. Didática e Prática de Ensino de História. 13ª ed. São Paulo: Papirus, 2013. KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABUD, Kátia M. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. História, São Paulo, 22 (1), p.183-193, 2003. BITTENCOURT, Circe M. F. O livro didático não é mais aquele. Revista Nossa História, São Paulo: Biblioteca Nacional, dez/2003, nr.2, p.52-54. CAVALCANTE, Meire. O que você espera deles? Escola On-line. Ed.181, abr/2005. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/formacao/voce-espera-deles-431422.shtml Acesso em 09/05/2016. CORTELLA, Mário S. Ritualismos, encantamentos e princípios. In: A escola e o conhecimento. 6ª ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002, p.117-127.				

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado IV				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Desenvolver habilidades de profissional do ensino de História para atuar no ensino médio, por intermédio de estudos que estabeleçam relações entre os fundamentos da produção historiográfica e os da história ensinada. Aulas teóricas e práticas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CATELLI JÚNIOR, Roberto. Temas e linguagens da História. São Paulo: Scipione, 2009.</p> <p>MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, pp. 123-144.</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Normatização de documentos no Brasil. PNB. 6. Rio de Janeiro: IBBD, 2003.</p> <p>LAKATOS, E.M; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.</p>				

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Desenvolvimento e finalização do trabalho iniciado na disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I, conforme cronograma previamente aprovado. Redação de monografia de caráter científico e/ou tecnológico. Apresentação de trabalhos acadêmicos em público.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Guia do trabalho científico. Do projeto à redação final. São Paulo: Editora Contexto, 2015. KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 237 p.				

Disciplina: História do Brasil Contemporâneo				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
O golpe civil-militar de 1964. A ditadura militar. A modernização autoritária. O processo de democratização no Brasil. O Brasil na atualidade. Sociedade e cultura no Brasil contemporâneo: pluralidade, diversidade e multiculturalismo. As relações internacionais. As formas de pensamento social e os movimentos sociais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALVES, Maria Helena M. Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. Bauru: Edusc. 2005. PINHEIRO, Milton (Org). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. REIS, Daniel Aarão. Modernização, ditadura e democracia: 1964-2000. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. Coleção História do Brasil nação, vol. 5.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FEREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 4 LAMONIER, Bolívar e FIGUEIRADO, Rubens. A era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985. ZAUERUCHA, Jorge. Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados: escritos de história política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.				

Disciplina: História e Relação de Gêneros				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Gênero como categoria de análise histórica. Representações de gênero. Experiências individuais e coletivas das mulheres na história. Os papéis sociais de gênero. Corpo e comportamento. História das mulheres no Brasil.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação . Soc. Estado . Vol.29. n.2, Brasília, Mai/Ago.2014.				
PERROT, Michele. Minha história das mulheres . Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012.				
PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto, 2013.				
PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.) História dos homens no Brasil . São Paulo: Editora UNESP, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel.(Orgs.). História, mulher e poder . Vitória: EDUFES; PPGHis, 2006.				
NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista de Estudos feministas, Florianópolis, UFSC, volume 8, no. 2, 2000.				
SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência . 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011				
SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: Revista Brasileira de História, v.27 n. 54, p. 281-300, 2007.				
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 16 n.2, jul/dez 1990				

Anexo 02 – Ementário das Disciplinas optativas

Disciplina: História das ideias políticas na Grécia antiga				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Discussão da gênese e a dinâmica dos principais conceitos no âmbito da política durante o período antigo no mundo grego, através da análise das monarquias micênica, homérica e helenística. A república e seus desdobramentos: Aristocracia e democracia. A tirania e os estados tribais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CABANES, Pierre. Introdução à História da Antiguidade. Ed. Vozes. Rio de Janeiro: 2009. PINSK, J. As primeiras Civilizações. Ed. Contexto. São Paulo: 2010. GUARINELLO, N. História Antiga. Ed. Contexto. São Paulo: 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CHEVITARESE, A. L. O espaço rural da polis grega. O caso ateniense do período clássico. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros/UFRJ, 2000 FINLEY, M.I. História Antiga, testemunho e modelos. São Paulo, Martins Fontes, 1991 FLORENZANO, Maria Beatriz. O mundo antigo: economia e sociedade. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. FUNARI, P. Grécia e Roma. Ed. Contexto. São Paulo, 2007. Funari, P.P.A. (org.) Repensando a Antiguidade. Campinas: IFCH, 2002				

Disciplina: Paganismo e cristianismo no mundo romano				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
As cosmogonias e a espiritualidade. As religiões de Mistério. A religião familiar e os cultos públicos romanos. As origens judaicas do Cristianismo. A Palestina no tempo de Cristo e a expansão do Cristianismo. O culto Imperial. Constantino e o Império Cristão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DUBY, George. O tempo das catedrais. Ed. Estampa. Rio de Janeiro, 1978.				
FLORENZANO, Maria Beatriz. O mundo antigo: economia e sociedade. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1996.				
FUNARI, P. Grécia e Roma. Ed. Contexto. São Paulo, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALFOLDY. G. A história social de Roma. Lisboa: Presença, 1998.				
P. VEYNE (org.). História da vida privada. V. 1. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Cia das Letras, 1989.				
PEDRO PAULO FUNARI. A vida quotidiana na Roma Antiga. São Paulo: Annablume. 2000				

Disciplina: Reinos e monarquias na Idade Média				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Fragmentação e incorporação dos reinos bárbaros no território romano. Descentralização do poder do rei. Monarquias Feudais e o Constitucionalismo: o caso francês e o inglês. Peculiaridades dos reinos Ibéricos. O imaginário político medieval e as origens do Estado Monárquico Moderno.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987.				
FRANCO Jr. Hilário. A idade média: o nascimento do Ocidente. Ed. Brasiliense, 2001.				
BASCHET, Jerome. A civilização feudal. Ed. Globo. São Paulo, 2006.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Ed. Edições 70. São Paulo, 1982.				
FEBVRE, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. São Paulo: EDUSC, 2004.				
JÚNIOR, Hilário Franco A Idade Média, nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.				
LE GOOF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. Bauru: EDUSC, 2005.				
PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2000.				

Disciplina: Economia rural e vida camponesa na Idade Média				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Transição do escravismo ao regime de servidão. Mudanças na divisão de trabalho a partir do século V. O regime Dominal e as <i>villae</i> do período Carolíngio. Expansão agrícola e seu impacto social. As transformações na economia camponesa durante a baixa idade média.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987. LE GOFF, J. A civilização do ocidente medieval. Ed. Edusc. São Paulo, 2005. THOMPSON, Edward P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Ed. Cia das Letras. São Paulo, 1998.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FRANCO Jr. Hilário. A idade média: o nascimento do Ocidente. Ed. Brasiliense, 2001. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia. Letras, 1987. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. MOLLAT, Michel. Os pobres na Idade Média. Rio de Janeiro: Campus, 1989.				

Disciplina: Escravidão e criminalidade				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Avaliação da condição do escravo brasileiro frente ao Estado; Análise dos diversos papéis do cativo e sua respectiva participação nos trâmites judiciais; Debate sobre a atuação da Justiça frente aos casos envolvendo escravos no âmbito da criminalidade; Discussão da legislação criminal específica envolvendo escravos ao longo do século XIX.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.				
CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.				
VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19. Bauru: Edusc, 2004.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FERREIRA, Ricardo Alexandre. Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: UNESP, 2005.				
JESUS, Alysson Luiz Freitas de. No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade 1830-1888. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.				
MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.				
SILVA, Cesar Mucio. Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu. São Paulo: Alameda, 2004				

Disciplina: Estado, Justiça e Legislação Criminal no Brasil Império				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM		
EMENTA				
Análise da formação da estrutura judiciária brasileira após os eventos de independência do país; Debate acerca da construção da legislação brasileira tendo como base a Constituição Imperial de 1824, Código Criminal de 1830 e Código do Processo Criminal de 1832; Avaliação da atuação da Justiça frente aos desafios encontrados no decorrer do Império Brasileiro até a Proclamação da República.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004 BRETAS, Marcos. Luiz.O Crime Na Historiografia Brasileira: Uma Revisão da Pesquisa Recente. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, v. 32, p. 49-61, 1991. GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). Brasil Imperial: 1870-1899. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesidi. Dos delitos e das penas. São Paulo: CD, 2002. JOHANN, Karyne. Escravidão, Criminalidade e Justiça no Sul do Brasil: Tribunal de Relação de Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em História). LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência. São Paulo: Paz e terra, 1988. MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. História das Prisões no Brasil: Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. VELLASCO, Ivan de Andrade. As Seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19. Bauru: Edusc, 2004.				

Disciplina: Estudos regionais: campo e cidade				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Reflexão acerca da importância do estudo da História Regional e Local, abordando estudos sobre a relação campo/cidade. Pensar o local e o regional considerando também as relações de gênero, poder, educação, trabalho, cotidiano, religiosidade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
NEVES, Erivaldo Fagundes. História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana/ Salvador, UEFS/ ed. Arcádia, 2002.				
PADILHA, Nino (org.). Cidade e urbanismo. História, teorias e práticas. Salvador: MAU/FAUFBa, 1998.				
WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na história e na literatura. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.				
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 15a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.				
FERREIRA, Marieta. (Org). História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro, 2000.				
ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.				

Disciplina: Cidade, memória e território.				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Discussão de temas relativos ao saber histórico e sua relação entre <i>cidade, memória e território</i> , abordados segundo a perspectiva historiográfica e estudados em suas relações com a escrita da história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006. PESAVENTO, Sandra (org.). Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. BRESCIANI, Maria Stella. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 1ªed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258. CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, 1994. OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.				

Disciplina: História regional: teoria, métodos e fontes				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Noções básicas de região, espaços sociais e sua multiplicidade, do ponto de vista econômico, político e/ou cultural; as noções de tempo, espaço, território e região; história regional: métodos e fontes; estudos de caso.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1978.				
PRIORI, Angelo. História regional e local: métodos e fontes. Pós-História, v. 2, 1994, p. 181-187.				
VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BARROS, José D` Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis, 2009.				
BURKE, Peter (org.). A Escrita da História – Novas Perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.				
FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001.				
PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.				

Disciplina: História Cultural e Micro História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Aspectos teórico-metodológicos da História Cultural e suas relações com o conhecimento histórico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. CERTAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 65-119. CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-67				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. p. 3-21 e 107-134. GINZBURG, C. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In.: _____ Os fios e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. SP: Cia das Letras, 2007, pp. 249-280. LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 133-161 VAINFAS, Ronaldo. "História das mentalidades e história cultural". In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 127-162. Vainfas, Ronaldo. Micro-história. Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.				

Disciplina: Ditadura, Mídia e Repressão				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Discussão sobre o processo ditatorial no Brasil (1964-1985) e a origem dos movimentos de oposição; Debate sobre o papel da mídia no que diz respeito à divulgação e ao apoio destinados ao governo militar; Análise dos grupos de oposição e o papel da mídia clandestina no embate contra o governo; Avaliação das diversas campanhas setoriais referentes ao processo de redemocratização no país.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2005.				
ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada – as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.				
ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Pesquisa “Brasil: Nunca Mais”. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.				
DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. Uma breve História do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.				
LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.				
REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.				

Disciplina: História do Tempo Presente				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Tempo Presente e lugares da memória. Esquecimento, ressentimento e enquadramentos da memória. O presente como tempo histórico e a história oral. Pesquisa histórica: fontes, metodologia, temas, problemas, possibilidades.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001. CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Orgs.). Questões para a história do presente. Bauru, EDUSC, 1999. REMOND, René. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 2002. GINSZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed.Unicamp, 1990. RICOEUR, Paul. A memória, a História e esquecimento. Campinas: EdUNICAMP, 2011.				

Disciplina: História, Imaginário e Representação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Imaginário e identidade cultural. Discurso, práticas discursivas, produção de sentidos e imagens. Subjetividade, intersubjetividade e representações sociais. Conceito de imaginário, o inconsciente, e a relação entre o instituído e o instituinte na formação e análise da sociedade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.				
CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Apr. 1991.				
JODELET, Denise. (Org.). As Representações Sociais. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os Sete Pecados da Capital. São Paulo: Hucitec, 2008.				
ZAMBELLO, Marco Henrique. A Memória Ferroviária: Luta e identidade operárias. Anais do 33º encontro do Ceru 04, 2009. P. 75-113.				

Disciplina: Arte e Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
As relações entre arte e o aprendizado. Interdisciplinaridade: ferramentas e utilização Arte como produção sócio histórica contextualizada no tempo e no espaço. As propostas de educação inclusiva e a arte. Linguagens artísticas e formas de expressão aplicadas à educação				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil. Ed. Perspectiva. São Paulo. 1978. BARBOSA, Ana Mae. A Imagem no Ensino da Arte. Ed. Perspectiva. São Paulo. 1991. CAVALCANTI, Zélia. Arte na sala de aula. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
LAVELBERG, Rosa. Para Gostar de aprender arte. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003. ROSSI, Maria Helena Wagner. Imagens que falam; leitura da arte na escola. Porto Alegre: Mediação, 2003. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas, SP: Companhia das Letras, 2000.				

Disciplina: Pesquisa e Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Fundamentos teóricos-metodológicos da investigação científica. Paradigmas das ciências humanas: positivismo, pós-positivismo, construtivismo social e teoria crítica. Pesquisas qualitativas, quantitativas e mistas em educação. Diferentes métodos de pesquisa. Integração pesquisa e ensino. O uso da investigação na prática do docente. O cotidiano escolar como fonte de pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.				
FERRAÇO, C. E; PEREZ, C. L. V; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Aprendizagens cotidianas com a pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP&A, 2008.				
SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Coleção pesquisa em educação – 06 volumes				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABREU, Roberta M. A. e ALMEIDA, Danilo Di Manno. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância da formação e na prática do professor do ensino fundamental. Disponível em: < www.portalseer.ufba.br/index.php/rfaced/articke/view/3217/2655 >				
GATTI, Bernardete A. A pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas Disponível em: < http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gatti.html > Acesso: 15 jan 2012				
ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade Disponível em: < www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf > Acesso: 20 jan 2012				
MORAES, Silvia E. Os buracos na lousa: reflexões sobre um tema de pesquisa Disponível em: < www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0836129.pdf > Acesso: 20 jan 2012				
SILVA, Claudiane. O processo de implementação da lei 10.639/03 na rede municipal de ensino de Recife. Disponível em: < www.ufpe.br/cead/estudosepesauisais/textos/clautilene2.pdf >				

Disciplina: Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Os saberes e práticas envolvidos nas metodologias e pesquisas dos processos de investigação. Indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino. A prática pedagógica e a construção do saber científico. Formação do docente pesquisador. Áreas de pesquisas na educação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
VASCONCELLOS, Celso. Construção do Conhecimento em sala de aula. São Paulo: Liberdade, 2002.				
ANDRE, Marli. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 2011.				
SANTOS FILHO, C. e MORAES, S. (org.) Escola e universidade na pós-modernidade. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
MORAES, M. C. O Paradigma Educacional Emergente. Campinas, SP: Papyrus, 1997.				
GATTI, Bernadete A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano Editada, 200s. Coleção Pesquisa em Educação, vol. 1				
SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2015.				

Anexo 3

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Curso de História da Unidade Carangola, estabelece a duração do Estágio Supervisionado obedecendo à legislação do Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, e para a formação continuada.

Essa resolução define a carga horária mínima de 400 horas (quatrocentas) dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, para cursos de graduação de licenciatura. Tal legislação determina ainda que o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

O estágio deverá ser realizado em instituições de ensino públicas ou privadas (escolas dos ensinos fundamental e médio), conveniadas com a UEMG, ou em ambientes não escolares, como arquivos e museus.

A Unidade de Carangola tem alunos da própria cidade e de outras localidades da região, o que oferece um universo considerável de escolas, tanto públicas (municipais e estaduais) quanto privadas para a realização das atividades do Estágio Supervisionado I, II, III e IV. Nos vários anos de existência do curso, a disponibilidade de escolas para a realização do Estágio nunca se configurou como problema.

A Unidade Carangola desenvolve Projetos de Pesquisa e Extensão que são realizados no Museu e Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola. Dessa maneira, parte do estágio poderá ser realizada nesse espaço, por meio da participação dos licenciandos nos referidos projetos. Da mesma forma, quando houver Projetos de Pesquisa e Extensão oferecidos em locais em que haja arquivos, parte da carga-horária do estágio poderá ser realizado naquele espaço, desde que tenha anuência do Professor Orientador de Estágio e do Coordenador do Curso de História. Por se tratar de um curso de Licenciatura em História, a prática de estágio realizada em ambientes não escolares poderá representar apenas 20% (vinte por cento) da carga-horária do Estágio Supervisionado.

Destaca-se que este estágio não consiste em uma atividade facultativa, mas sim em requisito fundamental para obtenção do título Licenciatura em História.

O curso de licenciatura em História da UEMG, unidade Carangola, ao longo do processo de formação do discente, promoverá a efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessária à docência.

Nesse processo de formação, o Estágio Supervisionado constitui momento fundamental, pois reside no exercício de relações entre os conteúdos trabalhados em cada disciplina e práticas metodológicas aplicadas ao ensino destes mesmos conteúdos, pelos futuros licenciados. Ao mesmo tempo, propicia uma reflexão teórica sobre os objetivos e resultados do processo ensino/aprendizagem decorrentes das práticas propostas.

O Estágio Supervisionado do Curso de História da Unidade Acadêmica de Carangola constitui-se de um conjunto de atividades voltadas para a aprendizagem da profissão docente, por meio da participação direta em situações de trabalho, envolvendo coordenadores, supervisores de campo, estudantes e unidades concedentes, dentro dos períodos letivos regulares, fora do período de aula do licenciando.

O acompanhamento do estágio será feito pelo Professor Orientador do Estágio. Esse professor responsável será mediador entre os alunos estagiários e as instituições que os acolherão em suas atividades, auxiliando o licenciando com a documentação específica e apoiando a coordenação nas tarefas pedagógicas. Caberá ao professor avaliar o desempenho dos estagiários através dos relatórios de estágio e pela sua avaliação final.

Cumpr-se ressaltar que o estágio supervisionado será desenvolvido a partir do quinto período letivo e se estenderá até o oitavo período. É preciso evidenciar, também, que o curso é noturno e o perfil dos estudantes é o de alunos trabalhadores que necessitam de uma organização especial para desenvolver as atividades concernentes ao estágio dentro de um período de tempo mais estendido, dando-lhes maior possibilidade de aproveitamento e de aprendizado. Este foi um dos motivos que levou os professores do curso à opção de manter na grade curricular, as aulas de Estágio Supervisionado (I, II, III e IV) como disciplinas específicas. Tais disciplinas terão suas horas de atividades convertidas em pontos para lançamento no Sistema WebGiz. Tais lançamentos são representativos das horas de estágio concluídas pelo estudante e serão utilizadas como balizadores da avaliação do Professor Orientador de Estágio. Caso o estudante não cumpra todas as horas de atividades, significa que não está apto naquela etapa de estágio (I, II, III ou IV), devendo repeti-la oportunamente. O item Avaliação de Estágio discorrerá com detalhes a respeito do método de avaliação das disciplinas de Orientação de Estágio I, II, III e IV.

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado no Curso de História da UEMG, unidade Carangola, deverá respeitar as seguintes diretrizes:

- O trabalho de estágio deverá respeitar a organização, as normas e o calendário das instituições de ensino onde se efetivará o estágio;
- O trabalho de orientação e execução do estágio deverá ser executado individualmente, com acompanhamento sistemático e avaliação permanente do professor orientador do Estágio;
- O plano de trabalho do estagiário deve ser previamente aprovado pelo professor orientador do Estágio Supervisionado;
- O produto final do estágio deverá ser apresentado, sob a forma de relatório, de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como em uma versão em formato *Portable Document Format* (PDF), salva em mídia *Digital Versatile Disc*(DVD).
- O trabalho do estágio deverá ser avaliado de acordo com padrões estabelecidos no plano de ensino da disciplina de Orientação Estágio, considerando o relatório final como produto deste processo.
- O sistema de controle de estágio, gerido pelo professor Orientador de Estágio, deverá ter como meta o aprimoramento constante do processo de ensino/aprendizagem e pesquisa.

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, estabelece que, aos portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

Objetivos do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado tem por finalidade:

- Promover a articulação entre a teoria e prática, entre os conhecimentos teóricos e os saberes e as práticas escolares;
- Proporcionar ao licenciando a oportunidade de desenvolver atividades pedagógicas nos níveis dos ensinos fundamental e médio das escolas da rede pública e/ou privada, desde que mantenham convênio com a UEMG;
- Analisar a prática docente em salas de aula dos ensinos fundamental e médio;

- Construir o planejamento de uma unidade de ensino referenciado nos conteúdos curriculares de História para alunos dos ensinos fundamental (6º ao 9º ano) e médio, sugeridos pelos PCN's ou conforme demandas apresentadas pela comunidade escolar;
- Favorecer uma consciência crítica frente à realidade educacional;
- Permitir a interação do licenciando na vivência de experiências gerais sobre o funcionamento das unidades de ensino.
- Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar estes conteúdos às constantes inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais;
- Estimular o desenvolvimento da criatividade, de modo a formar profissionais inovadores, capazes de aprimorar modelos, métodos, processos e de adotar tecnologias e metodologias alternativas.

Atividades do Estágio

O Estágio Supervisionado constituir-se-á de uma relação pedagógica entre um (a) profissional reconhecido (a) em um ambiente institucional de trabalho e um (a) aluno (a) estagiário (a), através das seguintes atividades:

- Apoio ao (a) professor (a) regente nas atividades exercidas em sala e outros ambientes escolares;
- Participação em reuniões de planejamento, conselhos de classe, colegiados e elaboração de projetos e eventos escolares;
- Organização de turmas e espaços escolares;
- Observação da regência de atividades em sala de aula ou outros ambientes institucionais;
- Vivência em atividades simuladas, que estimulem a criatividade e operacionalidade do (a) estagiário (a).
- Contato com a organização e funcionalidade de ambientes não escolares, como arquivos públicos e museus.

Tais atividades deverão ser registradas através de formulários próprios, listados ao final do texto.

Avaliação do Estágio

O Estágio Supervisionado terá critérios próprios de avaliação. O aluno será avaliado segundo os critérios de cumprimento da carga horária exigida, além da qualidade dos relatórios apresentados ao longo da sua prática. A discussão e o embasamento teórico-prático necessário serão desenvolvidos nas aulas das disciplinas que contemplam os conteúdos relacionados à História, bem como as disciplinas pedagógicas, voltadas para a formação do professor, que ocorrerão durante todo o curso.

Os instrumentos de avaliação requeridos pelo professor orientador do Estágio levarão em conta os relatórios elaborados pelos alunos em formulários próprios a serem disponibilizados durante as orientações de Estágio, listados ao final do texto

Dentre as diretrizes para a avaliação do Estágio estão as seguintes orientações:

- A média final será o resultado do cômputo avaliativo das atividades de caráter científico, cultural e acadêmico (seminários, palestras, oficinas, minicursos, apresentações, exposições, monitorias, planejamento, projetos específicos, outros) e relatório final.
- No Estágio Supervisionado os valores avaliativos serão distribuídos a critério do/a professor/a, conforme previsto em plano de ensino.
- O Relatório Final terá peso de 25% (vinte e cinco por cento) da nota final.
- A Avaliação do Estágio Supervisionado será realizada levando em consideração os seguintes aspectos:
 - Frequência e participação nas aulas;
 - Cumprimento satisfatório das tarefas;
 - Elaboração, condução e execução das atividades;
 - Preparação e apresentação de seminários;
 - Outros tipos de trabalhos ou atividades e
 - Entrega e apresentação do Relatório Final do Estágio.
- Poderão fazer parte da avaliação às observações feitas pelo professor titular da classe e pela equipe técnico-pedagógica do campo de estágio.
- Caso o aluno não apresente até a primeira semana do segundo bimestre de aulas nenhuma documentação referente ao Estágio Supervisionado que estiver cursando estará automaticamente reprovado. Tal medida se justifica tendo em vista que passados dois meses de aulas o estudante não mais terá tempo hábil para realizar as ações dispostas no cronograma semestral das disciplinas Orientação de Estágio I, II, III e IV.

- O aluno que não alcançar rendimento satisfatório cumprindo, no todo ou em partes, as etapas previstas no Estágio, deverá refazer a disciplina no momento em que a mesma for oferecida;
- O aluno estagiário, quando assumir a sala de aula, após ter cumprido, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) de horas/aula que deve ministrar, poderá ser afastado da intervenção pelo professor, caso sua atuação ofereça prejuízo ao processo de aprendizagem dos alunos envolvidos.
- O professor de estágio deve apresentar, por escrito, ao coordenador do Curso de História, a decisão do afastamento, com visto do responsável pelo campo de estágio;
- O aluno estagiário afastado poderá ser reencaminhado pelo professor de Orientação de Estágio, para refazer o estágio em uma nova turma no semestre corrente;
- Caso o problema que motivou o afastamento da primeira turma persista, o estágio será interrompido definitivamente.
- O aluno poderá cursar novamente, a disciplina de Orientação de Estágio, no semestre que a mesma for oferecida e
- O aluno estagiário, mesmo afastado, deve ser avaliado.

Tendo em vista as especificidades didático-pedagógicas da disciplina, não haverá, para o estagiário, cujo Estágio Supervisionado foi interrompido definitivamente, revisão de avaliação e realização de exame final, bem como, não lhe será permitido cursá-la em dependência.

Caso o estudante não cumpra todas as ações previamente definidas pelo Professor Orientador de Estágio, o que impede a totalização da carga-horária destinada para a efetivação do Estágio estará reprovado na Disciplina.

Como qualquer outra disciplina, mesmo como suas especificidades, é necessário que o aluno consiga desempenhar as atividades previstas e alcançar a pontuação necessária. Em cada uma das quatro disciplinas do Estágio Supervisionado, o aluno deverá realizar tarefas específicas. Caso não consiga realizar todas as tarefas, ficará difícil realizar dois conjuntos de atividades (ou mais, conforme o caso). Não é possível a acumulação de tarefas a cumprir, pois isso inviabilizaria a realização do Estágio.

Da Responsabilidade do Estagiário

Para realizar seus estágios (I, II, III e IV), o aluno deverá atentar aos seguintes procedimentos:

- Escolher uma instituição pública ou privada de ensino fundamental e médio que mantenha convênio UEMG, sob a orientação da coordenação do curso de História;
- Solicitar ao Professor Orientador de Estágio sua Declaração de Aceitação do Estagiário (Termo de Compromisso de Estágio), para que, após ser preenchida, assinada e carimbada pela (s) instituição (ões) selecionada (s) assim que o estágio for formalizado, ser diretamente devolvida ao Professor Orientador, pois somente após essa devolução é que o aluno poderá desenvolver as atividades da disciplina de Estágio Supervisionado. Esse Termo de Compromisso representa a aceitação da Instituição em receber o estudante para cumprir suas ações de estágio. As disciplinas Orientação de Estágio I, II, III e IV necessitam da formalização do Termo de Compromisso de Estágio para que, de fato, o estudante possa iniciar o curso das mesmas. A matrícula nas disciplinas Orientação de Estágio I, II, III e IV serão feitas, normalmente com as demais disciplinas do semestre, mas a realização das tarefas só poderá ser realizada após o retorno do Termo de Compromisso de Estágio.
- Utilizar os formulários padrões em todas as atividades do estágio;
- Entregar os formulários devidamente preenchidos dentro dos prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico do Curso e ao final de cada Estágio (I, II, III e IV);
- Atender aos encontros regulares promovidos pelo professor responsável pelo Estágio ocasião em que serão feitas avaliações periódicas e debates entre os alunos. A periodicidade desses encontros será definida professor orientador do Estágio.

Da Responsabilidade da Coordenação do Curso

- Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os demais professores do curso;
- Entrar em contato com os estabelecimentos educacionais concedentes de estágio para análise das condições específicas, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;
- Providenciar os termos de compromisso a serem firmados entre alunos e instituições concedentes de estágio;

- Organizar e manter atualizado um sistema de documentação e cadastramento de estágio, registrando as instituições envolvidas e o número de estagiários de cada período de estágio e
- Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento.

Da Responsabilidade Professor Orientador do Estágio Supervisionado

- Orientar o estagiário na elaboração do plano de estágio;
- Encaminhar à coordenação do curso, o plano de estágio e o Termo de Compromisso de cada aluno para as devidas assinaturas;
- Fazer cumprir a programação das atividades pertinentes ao estágio;
- Orientar, acompanhar e avaliar o aluno ao longo de todo o período em que estiver inscrito nas disciplinas de Estágio;
- Estabelecer um sistema de acompanhamento permanente com os profissionais responsáveis pelos campos de estágio;
- Analisar os formulários de acompanhamento do Estágio Supervisionado;
- Realizar reuniões periódicas para acompanhar o trabalho dos alunos e auxiliá-los em suas dúvidas e questionamentos;
- Supervisionar o estágio por meio de acompanhamento do plano de estágio, por observação contínua, direta e indireta, das atividades programadas nos campos de estágio durante todo o processo;
- Indicar as fontes de pesquisa e de consulta necessárias à solução das dificuldades encontradas;
- Manter contatos periódicos com a gestão e com o docente de classe das instituições concedentes de estágio, buscando o bom desenvolvimento das atividades, intervindo sempre que necessário;
- Fazer as avaliações finais dos alunos, aprovando-os ou reprovando-os na disciplina.
- Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento.

Distribuição da Carga Horária do Estágio

Atendendo a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que estabelece aos cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior a duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, este Projeto Pedagógico define a seguinte distribuição da carga horária do Estágio Supervisionado para o curso de História:

- Estágio Supervisionado I – 90 (noventa) horas, a ser realizado no quinto período do curso.
- Estágio Supervisionado II – 105 (cento e cinco) horas, a ser realizado no sexto período do curso.
- Estágio Supervisionado III – 105 (cento e cinco) horas, a ser realizado no sétimo período do curso.
- Estágio Supervisionado IV – 105 (cento e cinco) horas, a ser realizado no oitavo período do curso.

Distribuição das Atividades do Estágio em cada período

Estágio Supervisionado I

O Estágio Supervisionado I será iniciado no quinto período do curso, consistindo no primeiro contato do aluno com o ambiente escolar, na condição de estagiário. Nesta primeira fase, o estágio destina-se mais propriamente à vivência e observação do contexto das rotinas escolares, privilegiando os aspectos legais do Estágio Supervisionado e também o compromisso do profissional da educação na sua atuação e do seu papel na sociedade. Para tanto, é realizado um estudo aprofundado dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC) – da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para os anos finais do Ensino Fundamental.

A observação permite a reflexão crítica sobre o lecionar em sua ampla complexidade, exige-se do aluno de graduação, estagiário, o pensar sobre as atitudes dos alunos, sobre as atitudes dos professores, sobre os planejamentos executados, sobre as estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino.

Sendo assim, nesta etapa, a carga horária de 90 horas será distribuída nas seguintes atividades:

- a) 75 (setenta e cinco) horas de observação não participante compreendendo: observação do espaço físico da escola, estudo e pesquisa sobre os documentos que constituem a base legal da escola, observação não participativa de aulas para a reflexão dos componentes do processo pedagógico, compreensão da relevância do planejamento anual para o trabalho cotidiano, elaboração de Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) em consonância com a observação da prática realizada em sala de aula.
- b) 15 (quinze) horas que compreendem: elaboração de planos de aula e preenchimento do Diário do Professor.

No início desta etapa e antes de iniciar o estágio, o licenciando irá elaborar, em conjunto com o Professor Orientador de Estágio, seu Plano Individual de Estágio. Na fase final desta etapa, seguindo o cronograma definido pelo Professor Orientador do Estágio Supervisionado, o estudante entregará os Relatórios Finais referentes às atividades desenvolvidas no semestre.

Estágio Supervisionado II

Durante o sexto período, a instituição conveniada promoverá uma maior inserção dos alunos-estagiários na turma na qual irá se realizar a regência. O estágio nesse semestre consiste em levar os licenciandos a ministrar aulas em uma unidade de ensino sob a orientação do professor orientador do Estágio Supervisionado e orientar os alunos em atividades de avaliação de aprendizagem, de forma a aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso em situações práticas do cotidiano educacional.

Nesta etapa do Estágio, com carga horária de 105 (cento e cinco) horas, os licenciandos realizarão atividades extraclasse e aulas práticas, que serão assim distribuídas:

- a) 85 (oitenta e cinco) horas compreendendo a leitura de livros e artigos propostos pelo Professor Orientador do Estágio Supervisionado, relacionados ao Ensino da História, bem como aos fundamentos da educação, metodologias, abordagens e estratégias a serem utilizadas no cotidiano escolar. Nesta carga horária também será computado o período de elaboração do Relatório Final, a ser entregue ao findar o semestre letivo.
- b) 10 (dez) horas de observação participante da prática docente em aulas de História em turmas do sexto e do sétimo ano do Ensino Fundamental.

- c) 10 (dez) horas de prática docente em turmas do sexto e do sétimo ano do Ensino Fundamental, compreendendo 10 aulas, sendo 5 aulas no sexto ano e 5 aulas no sétimo ano.

Ao final desta etapa, seguindo o cronograma definido pelo Professor Orientador do Estágio Supervisionado, o estudante entregará o Relatório Final referente às atividades desenvolvidas.

Estágio Supervisionado III

No sétimo período, o estudante do curso de licenciatura em História dá continuidade ao Estágio Supervisionado nos mesmos moldes do que foi realizado no período anterior.

Nesta etapa, que também é composta por 105 (cento e cinco) horas de atividades extraclasse e aulas práticas, o estudante deverá realizar:

- a) 85 (oitenta e cinco) horas compreendendo a leitura de livros e artigos propostos pelo Professor Orientador do Estágio Supervisionado, relacionados ao Ensino da História bem como aos fundamentos da educação, metodologias, abordagens e estratégias a serem utilizadas no cotidiano escolar. Nesta carga horária também será computado período de elaboração do Relatório Final, a ser entregue ao findar o semestre letivo.
- b) 10 (dez) horas de observação participante da prática docente em aulas de História em turmas do oitavo e do nono ano do Ensino Fundamental.
- c) 10 (dez) horas de prática docente em turmas do oitavo e do nono ano do Ensino Fundamental, sendo 5 aulas no oitavo ano e 5 aulas no nono ano.

Ao final desta etapa, seguindo o cronograma definido pelo Professor Orientador do Estágio Supervisionado, o estudante entregará o Relatório Final referente às atividades desenvolvidas.

Estágio Supervisionado IV

No oitavo período, o estudante do curso de licenciatura em História finaliza o Estágio Supervisionado, seguindo as atividades propostas pelo Professor Orientador de Estágio, nos mesmos moldes do que foi realizado nos períodos anteriores.

Nesta etapa final, que também consiste em 105 (cento e cinco) horas de atividades extraclasse e aulas práticas, o estudante deverá realizar:

- a) 85 (oitenta e cinco) horas compreendendo a leitura de livros e artigos propostos pelo Professor Orientador do Estágio Supervisionado, relacionados ao Ensino da História bem como aos fundamentos da educação, inclusive o estudo do Conteúdo Básico Comum (CBC) definido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, voltado para o Ensino Médio. Nesta carga horária será computado, ainda, o período de elaboração do Relatório Final, a ser entregue ao findar o semestre letivo, bem como o envio do arquivo em formato PDF gravado em DVD.
- b) 10 (dez) horas de observação participante da prática docente em aulas de História em turmas do primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio.
- c) 10 (dez) horas de prática docente em turmas do primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio, sendo 3 aulas no primeiro ano, 3 aulas no segundo ano e 3 no terceiro ano.

Como etapa final e conclusão do Estágio Supervisionado, o licenciando deverá e entregar o Relatório Final, cumprindo os prazos estabelecidos pelo Núcleo de Estágio Supervisionado.

Os instrumentos de avaliação requeridos pelo Professor Orientador de Estágio levarão em conta os relatórios elaborados pelos alunos em formulários próprios e o cumprimento dos prazos estipulados para a entrega dos mesmos.

PLANO DE AULA

Escola					
Professor (a)					
Estagiário (a)					
Disciplina	História	Série / turma		Número de aulas	
Tema central					
Conteúdo Programático					
Objetivos específicos					
Metodologia					
Recursos					
Avaliação da Aprendizagem					
Bibliografia					

PLANO INDIVIDUAL DE ESTÁGIO			
Estagiário (a):	Curso: História	Período:	Ano:
Escola:	Endereço: Bairro:		
Supervisor de Campo:	Cargo do Supervisor (a):	Fone: E-mail:	
Período de: _____ a _____		Carga Horária:	
Objetivos a serem alcançados:			
Formas de Avaliação Avaliação do processo: <ul style="list-style-type: none"> • Observação direta do Supervisor de Campo, considerando o desempenho do aluno, assiduidade, Carga Horária e pontualidade; • Socialização das atividades desenvolvidas, em sala de aula ou <i>on line</i>, feita pelo Professor Orientador, que deve considerar o envolvimento do aluno nas apresentações e os Relatórios Parciais. Avaliação Final feita pelo Professor Orientador de Estágio que deve considerar o a apresentação do Relatório Final.			
Nº	Atividades	Horas	
I – ATIVIDADES: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE			
		CH:	
II – ATIVIDADES: OBSERVAÇÃO NÃO-PARTICIPANTE			
		CH:	
III – ATIVIDADES: PRÁTICA DOCENTE / REGÊNCIA			
		CH:	
TOTAL			CH:
Data: ____/____/____		Data: ____/____/____	
_____ Assinatura do Estagiário (a)		_____ Assinatura do Supervisor(a) de Campo	

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO
ESPELO SUPERVISOR DE CAMPO

Estagiário (a):	Curso: História	Período:	Ano:
Escola:	Endereço: Bairro:		
Supervisor (a) de Campo:	Período de: _____ a _____	Carga Horária:	
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ESTAGIÁRIO NA ESCOLA			
SETOR	ATIVIDADE		
CONCEITOS			NOT A
1. Nível de conhecimentos teóricos. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas			
2. Nível de conhecimento prático. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas			
3. Produtividade. Rapidez e facilidade em interpretar, colocar em prática ou entender a atividade programada			
4. Organização. Uso de meios racionais, em função da organização e adequação da sistemática de trabalho			
5. Iniciativa. Desenvolvimento das atividades de estágio dentro do nível de autonomia adequado e assumindo decisões de sua competência			
6. Interesse. Demonstração de sensibilidade pelas questões pertinentes ao estágio e as atividades desenvolvidas			
7. Assiduidade e Pontualidade. Comparecimento nos dias exigidos e no horário determinado			
8. Disciplina. Atitude adequada no desenvolvimento das atividades na empresa			
9. Cooperação. Disposição para colaborar com os colegas para o alcance de um objetivo comum			
10. Responsabilidade. Cumprimento das atividades e deveres decorrentes do estágio			
Média das notas			
Data: ___/___/___		Carimbo da escola	
_____ Supervisor (a) de Campo			

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO
PELO PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO**

Estagiário:	Curso: História	Período:	Ano:
Escola:	Endereço: Bairro:		
Supervisor de Campo:	Período de: _____ a _____	Carga Horária:	
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ESTAGIÁRIO NA ESCOLA			
SETOR	ATIVIDADE		
CONCEITOS			NOT A
1. Nível de conhecimentos teóricos. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas			
2. Nível de conhecimento prático. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas			
3. Produtividade. Rapidez e facilidade em interpretar, colocar em prática ou entender a atividade programada			
4. Organização. Uso de meios racionais, em função da organização e adequação da sistemática de trabalho			
5. Iniciativa. Desenvolvimento das atividades de estágio dentro do nível de autonomia adequado e assumindo decisões de sua competência			
6. Interesse. Demonstração de sensibilidade pelas questões pertinentes ao estágio e as atividades desenvolvidas			
7. Assiduidade e Pontualidade. Comparecimento nos dias exigidos e no horário determinado			
8. Disciplina. Atitude adequada no desenvolvimento das atividades na empresa			
9. Cooperação. Disposição para colaborar com os colegas para o alcance de um objetivo comum			
10. Responsabilidade. Cumprimento das atividades e deveres decorrentes do estágio			
Média das notas			
Data: ___/___/___			
_____ Professor (a) Orientador (a) de Estágio			

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

(Resumo das atividades desenvolvidas durante o estágio. Deverá ser entregue ao final da disciplina)

*Desempenho: O - Ótimo B - Bom R - Regular I - Insuficiente

Data da Entrega: ____/____/____

ESTAGIÁRIO (A):		Curso: História	Período:	Ano:
ESCOLA:			Estágio supervisionado por:	
Data Presença	Atividades Desenvolvidas	Carga Horária	Desempenho	
Total de Horas/Desempenho Final				

Assinatura do Discente

Assinatura do Supervisor de Campo

Assinatura do(a) Professor(a) Orientador de Estágio

Anexo 4

DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é a produção acadêmica obrigatória, realizada pelo graduando como pré-requisito para a obtenção do grau de licenciado em História. O referido trabalho deverá ser desenvolvido pelo graduando em História de forma individual ou em grupo. Os trabalhos em grupo poderão comportar até 3 (três) pessoas e estarão necessariamente vinculados às áreas de pesquisas determinadas pelo corpo docente em atividade no curso de graduação em História.

No que tange ao tipo de trabalho acadêmico a ser desenvolvido, será exigido dos discentes o formato de ARTIGO CIENTÍFICO, elaborado de acordo com os padrões acadêmicos, e com o devido auxílio e orientação dos docentes desta unidade. Os trabalhos poderão estar associados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. As disciplinas Metodologia Científica e Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I e II auxiliarão na construção e desenvolvimento dos trabalhos. Para escrever e apresentar o TCC, o discente deverá estar matriculado regularmente no curso.

O Projeto do TCC deverá conter as seguintes informações: Título, Identificação do(s) autor(es), Resumo, Introdução, Discussão Bibliográfica, Metodologia (apresentação de fontes, análise de dados, instrumentos, cronograma), Data e Assinatura do Aluno e Data e Assinatura do Coordenador de Curso de História e do Chefe de Departamento de Ciências Humanas. O Projeto, devidamente elaborado, deverá ser protocolado em data definida pelo professor da disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I, responsável pela construção do mesmo.

Ao final da elaboração e aprovação do Projeto, uma cópia do mesmo deverá ser enviada à Chefia de Departamento de Ciências Humanas para arquivamento e acompanhamento das produções discentes do curso de História.

Após a aprovação e depois de realizadas as correções solicitadas, o aluno deverá encaminhar uma cópia em formato eletrônico (CD) para arquivo da Coordenação do curso de História

Orientação

Para a realização do TCC, um professor do curso de História será o responsável pela orientação do graduando. A orientação do discente do respectivo curso, realizada por um professor de outro curso da Unidade, será permitida, desde que seja comprovada a historicidade do tema a ser desenvolvido pelo graduando e a especialidade do professor, no que diz respeito ao assunto. O projeto poderá contar com um coorientador, caso exista vínculo do docente com o tema proposto, justificando assim, a contribuição no trabalho. A existência da coorientação está condicionada à aceitação do orientador principal do trabalho.

Se necessário, o orientador poderá ser substituído ao longo da elaboração e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso. A referida substituição do professor orientador, deverá ser justificada e julgada pela Coordenação do Curso de História em comum acordo com os professores das áreas de orientação.

As alterações referentes ao orientador, ao projeto e respectivo tema/título, deverão ser solicitadas com um prazo mínimo de 06 (seis) meses de antecedência da entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso.

Linhas de pesquisas

Os alunos deverão construir os Trabalhos de Conclusão de curso a partir das temáticas listadas nas três linhas de pesquisas disponibilizadas pelo curso, a saber:

Linha de pesquisa 1 – SOCIEDADE, TRABALHO, CULTURA e DIVERSIDADE

Essa linha de pesquisa procura refletir sobre temas ligados a História Social, discutindo as relações sociais entre os diversos extratos da sociedade. A História é perpassada em todos os seus momentos por contradições e lutas sociais, de modo que os temas de estudo atravessam todos os períodos históricos, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Busca compreender a diversidade social e as experiências culturais, através de uma discussão que extrapole a visão dos sujeitos tradicionais de poder e relacione certos pares de discussão como o formal/informal, escravo/livre, rural/urbano, antigo/moderno, dentre outros. Entre os temas de pesquisa dessa linha podemos citar: história da escravidão em vários momentos históricos e suas consequências para a sociedade, os movimentos sociais, a história do trabalho, a história urbana. São também de seu interesse os temas ligados à história da religião e da arte. Outros pontos de interesse são

das relações de gênero e os conflitos identitários, bem como a diversidade cultural. Além dos documentos tradicionais, a linha de pesquisa procura ter como base de investigação qualquer tipo de fonte que possa auxiliar no estudo da sociedade e em suas formas de manifestação cultural.

Linha de pesquisa 2 – ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICA E PODER.

Essa linha de pesquisa propõe uma reflexão sobre a compreensão dos fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais como processos interativos e construtores da sociedade. A multiplicidade dos processos que englobam os fenômenos citados deve ser vistos de forma a entender as interações entre as várias instâncias da sociedade e da atuação do homem como sujeito social. Desde as primeiras concentrações humanas até nossa sociedade cibernética, as relações de poder se colocam como problemas a serem discutidos e entendidos dentro de suas especificidades e relações políticas. Essa linha de pesquisa busca discutir a sociedade e o indivíduo, o Estado e poder em diferentes contextos como o imperialismo, o colonialismo, a democracia, a ditadura e a mundialização. Entre os temas de pesquisa dessa linha podemos citar: os conflitos nacionais e transnacionais, guerras e revoluções; bem como conflitos escravistas e trabalhistas e/ou de toda ordem que se inscrevam na forma de resistência a um poder instituído e que é questionado por parte da sociedade. A partir disso, podemos supor a expansão das formas de discussão e análise, incorporando a fotografia, as diversas mídias que lidam com informação e a propaganda.

Linha de pesquisa 3 – HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Essa linha de pesquisa procura promover um diálogo entre a História e a Educação, através do conhecimento e discussão dos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem. Essa discussão tem como objetivo mostrar ao aluno a importância de sua formação, não só como professor de determinado conteúdo, mas também com preparo e visão para entender a escola onde irá atuar. A linha de pesquisa discute, ainda, o cotidiano escolar e as relações entre escola, família e sociedade e as relações políticas que envolvem o currículo, a escola e o professor. Outro ponto proposto para estudo refere-se ao livro didático, seu conteúdo, sua aplicabilidade e sua construção com base numa história onde o homem, como ser social, deve ser colocado como centro dos estudos históricos.

Avaliação

A avaliação do processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada através do “Controle de Presença nas Atividades de Orientação”. Contudo, para a aprovação final do Artigo Científico como Trabalho de Conclusão de Curso, o discente terá o seu trabalho submetido a uma banca examinadora de no mínimo 03 (três) docentes.

A referida banca deverá ser composta pelo orientador do trabalho, professores do curso de História e áreas afins, vinculados à Unidade. A banca poderá contar também com a participação de professores externos à unidade, desde que a mesma participação seja previamente acordada com o orientador do trabalho, e não incorra em custos para a Unidade. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser entregue ao serviço de protocolo Unidade, destinado aos membros da banca com no mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência da data estipulada para a defesa.

A avaliação final do Trabalho de Conclusão de Curso compreenderá a média aritmética entre as notas de avaliação do processo de desenvolvimento do TCC (atribuída pelo orientador) em conjunto com a apresentação escrita e oral (defesa) da versão definitiva do artigo, que será submetida à banca (atribuída pelos componentes julgadores). As notas deverão variar entre 0,0 (zero) e 100,0 (cem), sendo considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 60,0 sessenta.

Ao final da apresentação o aluno poderá se enquadrar nas seguintes situações: a) APROVADO; b) NECESSITA REFORMULAÇÃO E REAPRESENTAÇÃO; c) REPROVADO.

No caso de reformulação e reapresentação, o aluno terá o prazo máximo de sete (07) dias a contar da primeira avaliação, para realizar as alterações necessárias e proceder com a reapresentação do material. O respectivo discente deverá solicitar nova defesa, com base na disponibilidade dos membros da banca julgadora.

O aluno reprovado no TCC terá o prazo máximo de doze (12) meses para realizar as alterações exigidas pelo orientador e/ou pelos membros da banca, sob pena de ser impedido de realizar a colação de grau. Após a realização das alterações exigidas no prazo estipulado, o discente deverá procurar a Coordenação do curso de História para remarcar nova defesa.

O trabalho final do TCC deverá conter: Capa/Título, Folha de Rosto, Sumário, Resumo, Introdução, Objetivos, Metodologia, Fundamentação Teórica, Resultados Obtidos, Considerações Finais e Referência Bibliográfica

Apresentação

O TCC deve ser depositado junto ao serviço de protocolo Unidade no último semestre letivo do curso de História, em data estipulada pelo professor responsável pela disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II. Os alunos devem protocolar a quantidade de vias de acordo com a quantidade de membros da banca julgadora. A apresentação gráfica do TCC deverá seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A via impressa que será submetida ao julgamento dos componentes da banca julgadora deverá ser encadernada e devidamente assinada pelo aluno, orientador e co-orientador (quando for o caso).

O TCC não entregue no prazo estipulado poderá ser protocolado no primeiro mês do semestre letivo subsequente, ficando a colação de grau do aluno condicionada à entrega e à avaliação do respectivo trabalho.

Responsabilidades

Compete ao Coordenador do Curso:

- propor a revisão e/ou alteração das linhas de pesquisas disponibilizadas pelo curso;
- analisar as propostas de TCC, tendo em vista a sua aprovação;
- coordenar a distribuição dos trabalhos de TCC em comum acordo com os professores orientadores disponíveis para o período;
- organizar o arquivo de propostas de trabalho por período e área;
- receber, catalogar e arquivar as observações feitas pelos professores orientadores;
- expedir certificados de orientação de trabalhos e de participação em bancas examinadoras, quando for o caso, em conjunto com a Direção da Unidade da UEMG Carangola.

Compete ao Professor Orientador:

- orientar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo discente, objetivando o cumprimento do cronograma proposto junto à apresentação final do trabalho;
- elaborar, em conjunto com o discente, o cronograma de atividades de orientação e seus devidos prazos;
- preencher devidamente a ficha de “Controle de Presença nas Atividades de Orientação”;
- realizar o acompanhamento do processo de execução do TCC, as avaliações previstas, atribuir notas finais em conjunto à Banca Examinadora e remeter a Avaliação Final do aluno à Secretaria do Curso.

Compete ao aluno matriculado no TCC:

- definir a área do conhecimento vinculada ao curso de História para o desenvolvimento de seu tema de trabalho e o professor orientador do TCC;
- protocolar o Projeto de Pesquisa, conforme o previsto nos itens anteriores;
- apresentar o Projeto de Pesquisa ao professor orientador e a banca julgadora;
- elaborar, juntamente com o professor orientador, o cronograma de horários de atendimento;
- desenvolver os trabalhos previstos de acordo com o cronograma de atividades;
- entregar os trabalhos, as atividades de avaliação previstas neste PPC, respeitando as exigências necessárias de cada uma delas;
- a apresentação gráfica do TCC deverá seguir a orientação da Disciplina “Metodologia Científica”, no intuito de padronizar os trabalhos do curso de História da Unidade.

Documentação

Estão anexados a este regulamento os documentos referentes à orientação e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Disposições gerais

O número de trabalhos a ser orientado pelos docentes do curso de História, dependerá da demanda do ano letivo e da necessidade do mesmo. A divisão e o número de orientações e defesas em cada ano serão estabelecidos em comum acordo entre a Coordenação do curso e os professores orientadores do curso de História.

Os resultados das avaliações serão devidamente encaminhados para a Secretaria do curso para registro de comprovação da apresentação e cumprimento de exigência para a colação de grau.

Aos professores orientadores e ao aluno, reserva-se o direito de publicação de artigos, capítulos de livros e outros, em coautoria, tendo como base o tema dos trabalhos desenvolvidos no processo de orientação do TCC.

Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo Colegiado do Curso de História junto ao Departamento de Ciências Humanas e o professor orientador.

FORMULÁRIO DE ENCAMINHADO DE PROJETO DE PESQUISA
VISANDO O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Identificação do Projeto

Título do Projeto de Pesquisa

Curso: História

Disciplina: Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I

Grande área de conhecimento: _____

Área temática principal: _____

Área temática secundária: _____

Linha de pesquisa do curso: _____

Identificação do(a) autor(a) do Projeto

Nome: _____

Período: _____

Data de encaminhamento: ____/____/____

Assinatura: _____

Visto do(a) Professor(a) da disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I

Nome: _____

Assinatura: _____

Visto do(a) Coordenador(a) do(a) Colegiado do curso de História

Nome: _____

Data de recebimento: ____/____/____

Assinatura: _____

CARTA DE ACEITE DE
ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Nome do(a) aluno(a): _____

Título do projeto: _____

Nome do(a) orientador(a): _____

Formação: _____

Titulação Máxima: _____

Após a análise do Pré-projeto visando a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelo(a) aluno(a) acima identificado(a) e, sendo a temática ligada à minha área de pesquisa e/ou interesse, declaro que aceito orientar o(a) referido(a) aluno(a).

O(A) aluno(a) identificado acima está ciente que o não cumprimento das regras propostas pelo Professor Orientador poderá implicar na quebra do compromisso ora firmado e ao veto à apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Carangola, ____ / ____ / ____

Assinatura do Professor(a) Orientador(a)

CARTA DE COMPROMISSO DE
ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Nome dos alunos:

Título do projeto:

Nome do orientador:

Formação:

Titulação Máxima:

Declaro que assumo o compromisso de submeter-me à orientação do professor orientar e caso não cumpra a Proposta de Trabalho por ele indicada, poderei perder essa orientação.

Carangola, ____/____/____

Assinatura do(a) Aluno(a)

FICHA DE ACOMPANHAMENTO	
ORIENTAÇÃO DE TCC	
Data da reunião: ___/___/___	
Orientador:	
Orientando(s)	
Temas abordados na reunião	
Rubrica dos alunos	
Rubrica do orientador	

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ___ dias do mês de _____ de 20____ na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, realizou-se a sessão pública de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso do(a)s aluno(a)s _____ do Curso de História, sob orientação do(a) Prof(a) _____ intitulado:
” _____ ”.

Pelos Professores/Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas:

Prof.(a) – Presidente: _____

Nota: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro : _____

Nota: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro : _____

Nota: _____ Assinatura: _____

O trabalho foi considerado _____ com a média final de _____.

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Declaro que o(a) Professor(a) _____ orientou o(a)
aluno(a), _____ do curso de História, no
desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado

Carangola, ___/___/_____

Prof.
Coordenador do Curso de História

DECLARAÇÃO

Declaro que o(a) Prof(a). _____ participou,
nesta data, como Membro da banca de Trabalho de Conclusão de Curso, do(a)aluno(a)
_____ do curso de História. A banca contou como
demais membros os professores, _____

Carangola, ____/____/_____

Prof
Coordenador do Curso de História

DECLARAÇÃO

Declaro que o(a) Prof(a). _____ participou,
nesta data, como Presidente da banca de Trabalho de Conclusão de Curso, do(a)aluno(a)
_____ do curso de História. A banca contou como
membros os professores, _____

Carangola,

Prof
Coordenador do Curso de História

Anexo 5

REGULAMENTO Nº. 001/2015 – ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS

Fixa normas para o funcionamento das Atividades Acadêmico-Científicas Culturais no âmbito dos Cursos de Graduação da UEMG – Unidade Carangola.

DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar as Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais como componente curricular dos Cursos de Graduação da UEMG – Unidade Carangola.

Art. 2º As Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais caracterizam-se como práticas acadêmicas apresentadas sob diferentes formatos tendo em vista complementar o currículo do curso, ampliar os horizontes do conhecimento para além da sala de aula, bem como propiciar a inter e a transdisciplinaridade no currículo, dentro e entre os semestres/períodos.

§1º As AACCs são obrigatórias, devendo contribuir, sobretudo, no processo avaliativo do aluno.

§2º As AACCs podem ser cumpridas pelo aluno através de atividades opcionais, e, quando for o caso, por atividades oferecidas pela IES.

§3º Um mês antes do término do semestre letivo, o aluno deve apresentar ao Coordenador, o Quadro Demonstrativo das AACCs por ele desenvolvidas. (Documento 1).

Art. 3º Todas AACCs realizadas pelo aluno devem ser comprovadas através de relatórios, declarações, atestados e/ou certificados.

Parágrafo único – Na elaboração do relatório, o aluno deve descrever de forma clara e consistente a atividade, interpretando-a, problematizando-a e relatando o conteúdo técnico e os benefícios proporcionados e adquiridos.

DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 4º As Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais devem ser realizadas de acordo com o tipo da atividade e carga horária correspondente, observando-se o disposto no Anexo 1.

Art. 5º Todas as AACCs devem estar em absoluta interação com o Coordenador das Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais do Curso e/ou com o Coordenador do curso observando-se a carga horária prevista no Documento 2

Art. 6º A organização, supervisão, acompanhamento e a convalidação das Atividades Complementares serão exercidos por uma Comissão que terá os seguintes componentes:

- a) Coordenadores de Cursos;
- c) Coordenadores das Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais dos Cursos.

DA AVALIAÇÃO

Art. 7º A avaliação do desenvolvimento das AACCs, feita pelo Coordenador de Curso e/ou pelo Coordenador das Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais dos Cursos, deve constar da análise de relatórios, da apresentação dos comprovantes de participação e o resultado será sempre REALIZADAS/NÃO REALIZADAS.

Art. 8º O Quadro Demonstrativo das AACCs desenvolvidas pelo aluno no período, após avaliadas pelo Coordenador de Curso e/ou o Coordenador das Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais do Curso deve ser encaminhado à Secretária do Acadêmica de Curso, através do serviço de protocolo, até trinta (30) dias antes do término do semestre.

Parágrafo único – A Coordenação do Curso tem o prazo de 5 (cinco) dias, após o término do período letivo para protocolar o Quadro Demonstrativo por aluno (Documento 1) e o Quadro Demonstrativo Geral (Documento 3), por período, a fim de que sejam arquivados na pasta do aluno.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Na montagem da programação das AACCs, o Colegiado do Curso deve observar o máximo possível da transdisciplinaridade, a contemplar curso(s), disciplina(s), conteúdos, etc.

Art. 10 Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso e, em caso de recurso, pelo Conselho Departamental da UEMG – Unidade Carangola.

Aprovado pelo Conselho Departamental da UEMG – Unidade Carangola, em 19 de agosto, de 2015.

Documento 1

**QUADRO DEMONSTRATIVO DO ALUNO
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS**

ALUNO: _____

CURSO: _____

ANO: _____

Atividades	CH ⁽¹⁾	Comprovação	Avaliação do Prof. ⁽²⁾	Avaliação Coord.

1 - Transformar o número de horas (CH) em crédito, para efeito de cálculos.

2 - *R = Realizada e *NR = Não Realizada

Obs: Anexar os relatórios/certificados das atividades realizadas.

Carangola, ____ de _____ de _____

 Assinatura do Aluno

Documento 2

CÔMPUTO DOS CRÉDITOS

Tipo de Atividade	Número de horas
Atuação em atividades de iniciação científica (Projetos de Pesquisa e Extensão)	60 horas por semestre. (Máximo de dois semestres)
Participação em eventos acadêmico-científicos	15 horas por participação. (Máximo de 60 horas)
Apresentação de trabalho em eventos acadêmico-científicos	05 horas por apresentação (Máximo de 15 horas)
Oficinas ou curso extracurriculares relacionados à área de formação	Máximo de 15 horas por atividade e de 60 horas para o total
Visitas a museus, feira de livros, exposições, teatros e outras atividades afins	Máximo de 45 horas, com apresentação de comprovante
Viagem (visita) didática, técnica e/ou científica coordenada por professor do curso	Máximo de 30 horas, com apresentação de relatório
Cursos extracurriculares de idioma estrangeiro, dança, ginástica, esporte e área afins	Máximo de 15 horas por semestre, com apresentação de comprovante. Máximo de dois semestres
Monitoria em disciplina da graduação	Máximo de 45 horas por semestre. Máximo de dois semestres
Monitoria em atividades de extensão	Máximo de 05 horas por atividade, validada pelo professor. Máximo de 6 monitorias
Participação em defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso	Uma hora para cada apresentação. Máximo de 15 horas
Estágio supervisionado não obrigatório	45 horas por ano. Máximo de 90 horas
Outras atividades	Definido pelo Colegiado do curso

Obs.: Quando do lançamento da Carga Horária (CH), esta deverá ser transformada em número de créditos para computo de cumprimento das horas e créditos necessários para aprovação.

Anexo 6

REGULAMENTO N°. 001/2014

REGULAMENTO PARA CONTROLE DO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA E BACHARELADO DA UEMG / UNIDADE DE CARANGOLA.

O Conselho Acadêmico da Unidade de Carangola, no uso de suas atribuições vem regulamentar o Controle do Rendimento Escolar dos alunos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado, a saber:

Art. 1º – A avaliação do rendimento escolar do aluno, de acordo com o Art. 34 do Regimento da Universidade do Estado de Minas Gerais é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno.

§ 1.º – É assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade de Ensino.

§ 2.º – A revisão de provas e trabalhos deverá ser feita, de preferência, na presença do aluno.

Art. 2º – É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e às demais atividades e sua verificação se faz em cada disciplina.

Parágrafo único – O aluno que não tiver frequentado pelo menos setenta e cinco por cento das atividades escolares programadas estará automaticamente reprovado.

Art. 3º – A avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

Parágrafo único – Nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a 40 (quarenta pontos).

Art. 4º – Apurados os resultados finais de cada disciplina, o rendimento escolar de cada aluno é convertido em conceitos:

Conceitos	Pontos
A – Ótimo	90 a 100
B – Muito Bom	80 a 89 pontos
C – Bom	70 a 79 pontos
D – Regular	60 a 69 pontos
E – Fraco	40 a 59 pontos
F – Insuficiente	abaixo de 40 pontos ou infrequente

Art. 5º – É considerado aprovado o aluno que alcança o conceito D, no mínimo, e apresentar frequência satisfatória.

Art. 6º – Entende-se por aprovação nos estudos o grau de aplicação obtido pelo aluno nos estudos e sua verificação se faz, em cada disciplina, pela nota, não fracionável, obtida através dos resultados do processo avaliativo nas etapas 1, 2 e 3, de acordo com a distribuição a seguir:

Étapas	Total da Pontuação
Avaliação 1 – Prova + atividades	40 Pontos
Avaliação 2 – Prova + atividades	60 Pontos
Avaliação 3 – 2ª Oportunidade (2ª Op.)	100 Pontos

§1º – O aluno que obtiver média não fracionada, entre 40 (quarenta) e 59 (cinquenta e nove) nas etapas avaliativas 1 e 2 (Avaliações 1 e 2), terá direito a uma terceira avaliação (2ª Op.).

§2º – No somatório das etapas 1 e 2 do processo avaliativo, as notas não serão fracionadas e quando necessário, as frações iguais ou superiores a 0,50 (cinquenta centésimos) serão arredondadas desprezando-se as inferiores.

§3º – As notas atribuídas às etapas 1 e 2 (Avaliações 1 e 2) correspondem aos trabalhos, seminários e provas realizados no decorrer de cada bimestre.

§4º – A nota obtida pelo aluno na prova realizada na etapa três (2ª Op.) anula a nota anterior.

I – Os conteúdos a serem avaliados na 2ª Op. devem abranger todos os conteúdos ministrados na disciplina no decorrer do semestre;

II – Para ser aprovado o aluno deve obter na 2ª Op. nota igual ou superior a 60 (sessenta), calculada nos termos do artigo 5º.

Art. 7º – O aluno que obtiver nota, calculada nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º, inferior a 40 (quarenta) ou assiduidade inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga total da disciplina, está automaticamente reprovado.

Art. 8º – O aluno que não comparecer sem justificativa às avaliações das etapas 1, 2 e 3 (Avaliações 1, 2, e 3) será atribuída nota zero (0).

I – No caso de falta sem justificativa à terceira etapa de avaliação (2ª Op.) o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º – São considerados casos de ausência justificáveis, para efeitos de avaliação:

I – os de doenças, desde que sustentada por atestado médico;

II – convocação por parte da empresa onde trabalha, desde que sustentada por documento emitido pela empresa, assinado pelo responsável;

III – óbito na família, desde que sustentado por cópia do atestado de óbito e aqueles que estiverem amparados pela legislação.

Parágrafo único – O pedido de prova suplementar deve ser protocolado e endereçado ao Coordenador do Curso para análise e deferimento, num prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da prova não realizada.

Art. 10 – Na verificação do rendimento escolar é assegurado ao professor liberdade de formulação de questões e de julgamento, desde que seja aplicada pelo menos uma avaliação no primeiro bimestre e duas avaliações no segundo bimestre, cabendo recurso de suas decisões ao respectivo Colegiado de Curso.

§1º– O aluno tem o prazo de 5 (cinco) dias letivos, contados a partir da data da divulgação da nota, para revisão de avaliação.

§2º– O professor tem o prazo de 5 (cinco) dias letivos, contados a partir da data do último requerimento apresentado, para proceder à revisão da avaliação.

Art. 11 – Os professores devem entregar à Secretária do Curso os resultados das etapas avaliativas, nas datas previstas no calendário escolar.

Parágrafo Único – Qualquer avaliação deve ser devolvida ao aluno devidamente corrigida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 12 – Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso e, em caso de recurso, pelo Conselho Acadêmico.

Art. 13 – Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Acadêmico.

Aprovado pelo Conselho Acadêmico da UEMG / Unidade de Carangola, em 06 de março de 2014.